

Medida provisória aprovada pela Câmara depois de muito debate também divide senadores

Pauta trancada: Plenário decide sobre *status* de presidente do BC

PÁGINA 2

RESPONSABILIDADE

Prefeitos e governadores enfrentam dificuldades para cumprir normas da Lei de Responsabilidade Fiscal. O desrespeito pode levar à prisão.

PÁGINA 4

PPPs

Se a pauta for desobstruída, o Plenário do Senado poderá votar esta semana o projeto de lei que institui as parcerias público-privadas (PPPs).

PÁGINA 2

JUDICIÁRIO

O Congresso promulga nesta quarta-feira (8), às 11h, a emenda constitucional que promove a reforma do Judiciário.

PÁGINA 2

SINDICATOS

O Senado aprovou a revogação de portaria do Ministério do Trabalho sobre contribuição sindical. O projeto de Paulo Paim foi enviado à Câmara.

PÁGINA 5

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15



Estatísticas mostram que 98% das crianças a partir de 7 anos já estão matriculadas na rede escolar

educação

Crianças de 6 anos poderão ter acesso ao ensino fundamental

Projetado que será submetido ao exame do Plenário estabelece que as crianças de 6 anos de idade deverão ser incluídas no ensino fundamental, onde ingressam hoje aos 7 anos. O objetivo é promover maior inclusão social e adequar o currículo esco-

lar ao adotado nos países do Mercosul. A proposta determina que a lei entrará em vigor já no ano que vem, mas o relator na Comissão de Educação, senador José Jorge, afirma que a mudança ocorrerá de forma gradativa.

PÁGINA 3

cidadania

Por que o consumidor deve combater a pirataria

Os prejuízos causados pelo comércio de produtos piratas são cada vez maiores. O *Especial Cidadania* mostra como combater esse mal.

PÁGINA 16



Dirigente de ONG que fraudar será punido

PÁGINA 5

Três projetos combatem a exploração sexual

PÁGINA 5

MP que dá *status* de ministro ao presidente do BC divide opiniões

Após uma semana com muitas votações, o Plenário do Senado volta a ter a pauta travada por uma medida provisória (MP). Dessa vez a matéria é bastante polêmica: a MP 207/04 (transformada no projeto de conversão 54/04), que concede *status* de ministro ao presidente do Banco Central, atribuindo ao cargo prerrogativas como a de somente ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A MP foi aprovada pelos deputados após intensa discussão entre governo e oposição. No Senado espera-se o mesmo embate.

Alvaro Dias (PSDB-PR) informou que o seu partido pretende rejeitar a medida. Ele ressaltou que o próprio procurador-geral da República,

Cláudio Fonteles, considerou a MP inconstitucional.

O texto que chega ao Plenário sofreu importante modificação na Câmara, introduzida por emenda do deputado Miro Teixeira (PPS-RJ): o *status* de

Emenda da Câmara estendeu a prerrogativa aos ex-presidentes da instituição

.....

ministro foi estendido aos ex-presidentes do Banco Central.

Segundo o Executivo, nos últimos 20 anos tramitaram pela Justiça 62 processos contra presidentes da instituição, dos quais 51 ainda se encontram

sob apreciação judicial. O governo alega que, com a globalização da economia, cresceu a participação dos bancos centrais no cenário nacional e internacional, e o cargo de presidente assumiu relevância estratégica. Por isso precisa ter a prerrogativa de foro.

Como a MP foi editada em agosto e perde sua validade na próxima semana, a base aliada tentará votar logo o texto.

Reforma do Judiciário será promulgada

Nesta quarta-feira (8), o Congresso promulgará a emenda constitucional que modifica o Judiciário. O texto da reforma da Justiça foi aprovado pelo Senado em novembro. A sessão será realizada às 11h, no Plenário da Câmara.

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

14h – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Fusão – O conselho continua a análise do relatório sobre a fusão da DirecTV e Sky, apresentado pelos conselheiros Daniel Koslowsky Herz, representante dos jornalistas, e Antônio Teles, que representa a sociedade civil. As duas empresas são as maiores operadoras de TV via satélite da América Latina.

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Empréstimos – A comissão analisa pedido de autorização para empréstimo de até US\$ 30 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Mundial (Bird), a ser feito pelo governo do Maranhão para financiamento parcial do Segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do estado. **Autor:** Executivo. **Relator:** senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Tabagismo – Proposta proíbe a concessão de incentivos fiscais à indústria tabagista, como forma de auxiliar no combate ao vício (PLC 53/03). **Autor:** deputado Wilson Santos (PSDB-MT). **Relator:** senador Almeida Lima (PDT-SE).

Microempresas – Texto em

análise propõe a criação do Fundo de Assistência Financeira aos Microempreendedores, cujos recursos seriam destinados ao financiamento de microcréditos rurais e urbanos (PLS 505/03). **Autor:** senador Pedro Simon (PMDB-RS). **Relator:** senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Bolsa-Família – Consta na pauta da CAE autorização para que o Brasil adquira empréstimo de US\$ 572,2 milhões, no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinado ao projeto de apoio ao programa Bolsa-Família. **Autor:** Executivo. **Relator:** senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

11h – EDUCAÇÃO

Desenvolvimento industrial – A proposta tramita em regime de urgência e autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). **Autor:** Presidência da República. **Relator:** senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Cotas – Projeto determina que as universidades públicas reservem 30% do total de vagas dos cursos para alunos comprovadamente carentes, que são aqueles cuja renda familiar seja inferior a cinco salários mínimos (PLS 216/03). **Autor:** ex-senadora Íris de Araújo (PMDB-GO). **Relator:** senador Leonel Pavan (PSDB-SC).

Patrocínio – Proposta proíbe que as empresas fabricantes de cigarros e seus derivados ofereçam qualquer tipo de patrocínio ao esporte ou à cultura (PLS 333/03). **Autor:** senador Magno Malta (PL-ES). **Relator:** senador João Capiberibe (PSB-AP).

11h – SUBCOMISSÃO

DA SAÚDE

Audiência pública – A subcomissão realiza audiência pública para analisar os resultados brasileiros da Pesquisa Mundial de Saúde, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz e Organização Mundial da Saúde. Entre os convidados, está o coordenador nacional-assistente da pesquisa, Francisco Viacava, o representante no Brasil da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), José Antonio Escamilla, e um representante do Ministério da Saúde.

QUARTA-FEIRA

10h – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Parcerias público-privadas – A comissão vota o projeto (PLC 10/04) que regulamenta as parcerias público-privadas na administração pública (PPPs). O objetivo da proposta é viabilizar investimentos em obras de infra-estrutura. Depois de aprovado pela CCJ, o projeto vai à análise do Plenário. **Autor:** Poder Executivo. **Relator:** senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Orçamento – O ministro da Saúde, Humberto Costa, participa da reunião da CAS. Ele falará sobre as necessidades orçamentárias do ministério para o ano de 2005.

QUINTA-FEIRA

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Embaixadores – O colegiado analisa mensagens do Executivo com a indicação de diplomatas para exercerem o cargo de embaixador do Brasil em Honduras e na República Cooperativista da Guiana.

Senado pode votar esta semana projeto das PPPs

Se os senadores conseguirem desobstruir a pauta da semana, o Plenário poderá votar o projeto de lei que institui as parcerias público-privadas (PPPs). Acordo nesse sentido foi anunciado pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a proposta precisa também ser votada.

A matéria (PLC 10/04) está desde março na Casa. Se for aprovada, volta para a Câmara, por ter sofrido alterações no Senado.

O relator do projeto na CCJ, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), comprometeu-se a entregar nesta quarta-feira (8) parecer a respeito de quatro emendas apresentadas. Ele adiantou que se pronunciará também sobre sugestões feitas nos últimos dias por governos estaduais para aperfeiçoar a proposta.

Detalhes do Fundo Garantidor em debate

A votação do parecer de Tourinho na CCJ estava marcada para quarta passada, mas foi adiada a pedido de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em virtude da ausência de Tasso Jereissati (PSDB-CE), um dos principais negociadores do tema.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) demonstrou preocupação sobre a definição do Fundo Garantidor. Tourinho prometeu apresentar detalhes sobre o tema. O fundo é uma espécie de seguro que vai garantir ao investidor privado o cumprimento das obrigações assumidas pelo parceiro público. Aloizio Mercadante defendeu a opção adotada pelo relator, de criação de um fundo de natureza privada, embora sem formação de pessoa jurídica.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h30: Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h30: Sessão deliberativa ordinária

MP do Meirelles – O Plenário analisa a medida provisória que concede *status* de ministro de Estado ao presidente do Banco Central (MP 207/04). Assim, o chefe do BC passa a ter direito a foro privilegiado em caso de processo na Justiça. A MP foi editada após denúncias sobre evasão de divisas e sonegação fiscal contra o atual presidente do BC, Henrique Meirelles. Para não perder a validade, a MP tem de ser aprovada pelo Senado até a próxima semana. **Autor:** Poder Executivo.

Exploração sexual – Projeto, tramitando em regime de urgência, atualiza a legislação no que se refere à exploração sexual (PLS 253/04). Entre as principais mudanças, está a inclusão da violência sexual contra pessoas do sexo masculino no crime de estupro, além de aumentar a pena para a infração. **Autor:** CPI da Exploração Sexual.

Desenvolvimento industrial – A proposta, que tramita em regime de urgência, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). A agência tem como objetivo promover a execução das políticas de desenvolvimento do setor, especialmente as que contribuam para a geração de empregos (PLC 48/04). Ela seria supervisionada pelo Ministério do Desenvolvimento. **Autor:** Presidência da República. **Re-**



Relator: senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Relator: senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

Emendas constitucionais – Constan ainda na pauta 11 propostas de emenda constitucional que tramitam em primeiro turno. Entre elas, a que amplia a vigência do Fundef (PEC 29/02); a que obriga o pagamento em espécie das obrigações devidas aos idosos, sem a expedição de precatórios (PEC 1/03); a que cria o Plano Nacional de Cultura (PEC 57/03); a que define os princípios da atividade regulatória (PEC 81/03); e a que torna impositivo o Orçamento da União (PEC 22/00).

Pedofilia – Outra proposta da CPI da Exploração Sexual torna mais clara a lei contra a distribuição de material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes pelos meios de comunicação ou pela Internet (PLS 255/04). **Autor:** CPI da Exploração Sexual.

Prostituição – O Plenário pode discutir projeto que fecha definitivamente motéis, pensões ou similares que sejam autuados mais de uma vez por hospedarem crianças ou adolescentes desacompanhados dos pais ou sem autorização dos mesmos (PLS 255/04). **Autor:** CPI da Exploração Sexual.

QUARTA/QUINTA-FEIRA

14h30: Sessão deliberativa ordinária. Por conta do trancamento da pauta de votações, a agenda depende do resultado das sessões anteriores.

SEXTA-FEIRA

9h: Sessão não deliberativa

EDUCAÇÃO PÚBLICA Projeto que será examinado pelo Plenário amplia ensino fundamental de oito para nove anos

Crianças poderão ir à escola mais cedo

ROQUE DE SÁ



Proposta acolhida pela Comissão de Educação visa promover a inclusão social e adequar currículo adotado no Brasil ao sistema implantado nos países do Mercosul

Universalização do ensino será alcançada por etapas

A ampliação do ensino fundamental está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e também no Plano Nacional de Educação. Antecipando-se a uma decisão do MEC, estados e municípios começaram a adotar o novo sistema nos últimos anos. De acordo com o Censo Escolar de 2003, crianças de seis anos já estavam matriculadas em 11.510 escolas públicas.

A política de universalização do ensino, fixada no Plano Nacional de Educação, estabelece que até 2011 metade das crianças de zero a três anos e 80% das de quatro anos deverão estar matriculadas em escolas. Hoje, são atendidas apenas 9,4% das crianças de zero a três anos e 61,4% na faixa de quatro a seis anos.

Em encontro promovido pelo

MEC na semana passada, em Brasília, com representantes de municípios que ampliaram o ensino fundamental, o ministro Tarso Genro adiantou que o governo defende a mudança, mas não pretende obrigar estados e municípios a adotá-la.

Oportunidade para inclusão de crianças pobres

O secretário de Educação Básica do MEC, Francisco das Chagas, apóia a ampliação do ensino fundamental como fator de inclusão social, lembrando que as camadas mais pobres da população não colocam os filhos na escola mais cedo porque a idade mínima é de sete anos. Diante disso, quando ingressa na 1ª série do ensino

fundamental, o aluno pode enfrentar uma defasagem em relação às crianças que passaram por escolas particulares, muitas delas desde o maternal (até dois anos).

A mesma posição de cautela é adotada pelo presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Adeum Hilário Sauer, que defende a implantação gradual da nova política de ensino para que as atividades pedagógicas sejam adaptadas para crianças de seis anos. Hoje, as escolas particulares alfabetizam os alunos nessa faixa de idade, iniciativa que ainda divide os especialistas.

O ensino fundamental já foi ampliado em cinco estados e a previsão é de que, a partir de 2005, o Distrito Federal e o Maranhão também adotem o sistema.

Mudança exige cuidado, diz pedagoga

Tratar uma criança de 6 anos com o mesmo método pedagógico usado para a alfabetização de alunos na faixa de 7 anos pode representar um grande desastre no processo educacional.

O alerta é da vice-diretora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), Inês Maria Marques. Pedagoga e psicanalista, Inês Maria afirma que a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos é positiva no sentido de propiciar a inserção da criança mais cedo em um universo fora da família. Mas, observa, não se deve antecipar esse ingresso "a qualquer preço". Não teria sentido, segundo ela, simplesmente aplicar em um aluno de 6 anos, que nunca frequentou uma escola, o mesmo currículo adotado hoje para a 1ª série.

- A escola vai ter que se debruçar sobre a proposta, e enfrentar o desafio de lidar com um processo que é coletivo, mas ao mesmo tempo singular, levando em conta cada caso, o que será difícil no ensino público - observa a especialista. Hoje, cada vez mais, de acordo com Inês Maria, são as próprias crianças que demandam por alfabetização, às vezes até antes dos 6 anos, com o acesso que têm às informações e o uso de computador que incute, inclusive, o desejo de conhecer outros idiomas. "Nossas crianças estão imersas num sofá de letras no mundo de hoje", constata a vice-diretora.

- O próprio Ministério da Educação está preocupado diante das mudanças que estão por vir e o tema tem sido objeto de debates nos encontros que

o ministério promove com os educadores - diz Inês Maria.

Inserção do ser humano na sociedade

Ao defender a ampliação do ensino fundamental, a especialista ressalta que, "ainda que a escola, como instituição, esteja sofrendo um histórico e contínuo processo de desvalorização, ela se configura como cenário especial de inscrição do ser humano numa sociedade de maior complexidade e profundas transformações econômicas, sociais e culturais, particularmente reveladas e/ou veladas nas estruturas e relações familiares".

- É através do outro que a acolherá que a criança poderá compartilhar de uma histórica e singular aventura pedagógica - conclui.

Crianças de seis anos, que hoje frequentam a pré-escola, deverão ser incluídas no ensino fundamental, com o objetivo de promover maior inclusão social e adequar o currículo escolar adotado no Brasil ao sistema implantado nos países do Mercosul. Hoje, as crianças ingressam nesse nível de ensino com sete anos de idade. A mudança está prevista em projeto de lei (PLS 236/01) já aprovado na Comissão de Educação.

Conforme a proposta, que será submetida ao Plenário, a lei entraria em vigor em 2005, mas o próprio relator do projeto na CE, senador José Jorge (PFL-PE), afirma que o processo deverá se dar de forma gradativa, por envolver uma nova proposta pedagógica, organização dos espaços

físicos nas escolas, produção de material didático e dotação de recursos para os estados.

A líder do governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), adiantou que o governo quer financiar "do ensino infantil ao nível médio", mas isso vai depender da aprovação da proposta do Fundo de Financiamento do Ensino Básico (Fundeb) que o ministro da Educação, Tarso Genro, encaminhou à Casa Civil.

- Tão logo o presidente Lula se manifeste, a proposta será encaminhada ao Congresso Nacional - ressalta Ideli Salvatti. Segundo ela, o projeto do Senado "não tromba" com a proposta do governo, mas as mudanças ficarão condicionadas à aprovação do Fundeb e às prioridades do MEC.



José Jorge aponta tendência de maiores investimentos no setor educacional



Osmar Dias: sem maiores recursos, mudança não trará benefícios

Para senadores, é preciso melhorar a escola pública

O senador José Jorge sustenta que o quadro é favorável à ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, destacando o aumento de vagas nas escolas com a diminuição das taxas de natalidade no país. José Jorge observou que alguns estados já adotaram as mudanças, como Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Goiás, Amazonas e Sergipe, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

- Acredito que, dependendo de decisão política do governo, já em 2005 boa parte das crianças de seis anos poderá estar matriculada no ensino fundamental - afirmou José Jorge. O senador lembrou que 98% das crianças a partir dos sete anos já estão na escola, o que abre caminho para beneficiar também a faixa de seis anos.

Mesmo observando que a qualidade do ensino oferecido hoje no país "não melhorou muito", o senador acredita que, com o ingresso de um novo contingente de alunos, a tendência é de maiores investimentos em educação. "Com isso, os índices de reprovação diminuem, abrindo um número maior de vagas a cada ano", prevê José Jorge.

- Acredito que a tendência

natural do ensino é incorporar numa primeira fase as crianças de seis anos e, em fases sucessivas, as de cinco e de quatro anos - prevê José Jorge.

O senador acredita que o modelo só estará consolidado no país "no próximo governo". Para José Jorge, "o fato de a lei obrigar não significa que todo o país adotará o novo modelo a partir do ano que vem".

O presidente da Comissão de Educação, senador Osmar Dias (PDT-PR), defende o projeto, mas observa que "simplesmente ampliar o ensino fundamental, sem investir na qualidade do ensino oferecido, não vai adiantar".

- É preciso investir na melhoria de todo o ensino básico e fundamental, oferecendo base para que os alunos concluam o ensino médio preparados para ingressar na universidade - defendeu o senador. A adesão de alguns estados ao novo modelo mostra, na opinião do senador, que, "se houver vontade política", a implantação do novo modelo será rápida.

Se o projeto de lei receber aprovação do Senado, só dependerá do presidente da República para se transformar em lei, pois já foi acolhido pelos deputados.

José Jorge:
98% das crianças a partir de 7 anos já estão na escola

RESPONSABILIDADE FISCAL Prazo definido na legislação chega ao fim e pode levar administradores à prisão

Lei coloca prefeito na corda bamba

Passados mais de três anos da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), prefeitos e governadores começam a se deparar com o fim de prazos para o cumprimento de normas para o saneamento das contas públicas. O desrespeito desses prazos pode levar à condenação dos administradores até mesmo à prisão, de acordo com a Lei de Crimes Fiscais.

Os prefeitos eleitos em 2000, cujo mandato se encerra no próximo dia 31 de dezembro, serão os primeiros a passar pelo crivo da LRF. Pela lei, o administrador municipal está proibido de deixar gastos para o mandato seguinte sem a devida previsão orçamentária. De acordo com levantamentos feitos pelas associações e federações de municípios, muitos não conseguirão se enquadrar nos limites legais. E, se depender dos senadores, a LRF não será alterada e os prefeitos podem ser processados criminalmente.

– A LRF coloca em dificuldades prefeitos que não estavam preparados para essa nova cultura para

a administração pública. Alguns serão punidos porque cometeram irregularidades de acordo com a nova norma. O exemplo há de ser benéfico – afirma o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), relator da LRF na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O consultor legislativo do Senado Márcio Oliveira alerta para o fato de a LRF ser um marco do compromisso com a gestão responsável dos recursos públicos, como garantia de credibilidade do setor público.

– Uma mudança poderia ser interpretada como abandono desse compromisso – interpreta o consultor.

Nessa linha, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) descarta a possibilidade de alteração na legislação.

– Somente se o governo federal não socorrer, e os prefeitos forem responsabilizados e punidos, isso não vai se repetir no futuro. Se afrouxarem, se forem bonzinhos e modificarem a lei, acabou-se: nunca mais se consertarão as finanças públicas nesse país – vaticinou.



Alvaro lembra que Congresso não se curvou a pressão antes: "Não há por que ceder agora"



Jefferson: TCU e Judiciário devem ser rigorosos no julgamento dos prefeitos



"Estados que fizeram o dever de casa precisam ser premiados", afirma Virgílio

Senadores cobram austeridade nos governos

As associações de municípios estimam que cerca de 80% dos prefeitos correm o risco de não cumprir o que determina a LRF. A situação é pior para municípios cuja maior fonte de receita é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Apesar de haver estudos em contrário, prefeitos acusam a queda nos repasses do FPM como fator de desequilíbrio nas contas municipais.

– Não me sensibilizo nem um pouco com os argumentos dos prefeitos. A responsabilidade

com as contas públicas é o dever maior de qualquer governante. Não fazem isso ou por incompetência ou por motivos eleitoreiros – ressalta o senador Jefferson Péres (PDT-AM), que relatou a LRF na Comissão de Assuntos Econômicos, e a Lei de Crimes Fiscais na CCJ.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), também entende que, mesmo com queda nos repasses para os municípios, o dever dos prefeitos é reduzir gastos e adequar as

finanças à nova realidade.

– Entendo que o dever do administrador competente é adequar as despesas a qualquer perda de receita. Se esta caiu 80%, ele vai ter que gastar menos que 20%. O prefeito pode dizer à sociedade que a queda no FPM diminui a atividade econômica no seu município. Ele pode denunciar a União. O que não pode é afirmar que está fora dos limites da LRF porque a União está gerenciando mal o país. Não dá – observa Virgílio.

São Paulo, Minas e Alagoas têm dificuldades para cumprir limites

Para ter certeza de que as finanças de estados e municípios seriam saneadas, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), resolução do Senado (RSF 40/01) estabeleceu que até dezembro de 2016 as dívidas dos municípios e estados não poderão ultrapassar, respectivamente, 1,2 e duas vezes o valor da receita corrente líquida.

Até lá, a resolução determina que a dívida tem que ser reduzida proporcionalmente a cada ano. Caso esses limites sejam desrespeitados, estados e municípios ficam proibidos de receber transferências voluntárias da União ou dos estados e de realizar operações de crédito. O cumprimento dessa regra foi suspenso em 2003, mas, a partir de 30 de abril de 2005, o ente da Federação que ultrapassar o limite fixado na resolução receberá as punições previstas.

De acordo com estudo do consultor legislativo do Senado Márcio Oliveira, os estados de São Paulo, Minas Gerais e Alagoas, além da cidade de São Paulo, apresentam "altas probabilidades" de não cumprir os limites definidos pela resolução (veja quadro).

– A União poderia, como medida extrema, deixar falir os entes da Federação. Seria uma solução de mercado para o problema. Porém, os entes mais endividados estão entre os mais ricos. Deixá-los sem assistência traz riscos altos para a economia – afirma Oliveira, que, mesmo contrário a alterações na LRF, já considera que a aprovação de uma nova resolução do Senado pode ser a medida menos danosa para o país.

Já o senador Jefferson Péres

(PDT-AM) foi categórico ao defender a intenção da LRF de garantir a saúde das finanças públicas e de punir aqueles que desrespeitarem as normas.

– Os prazos para os estados não devem ser alterados. Que quebrem! Eles que apertem os cintos. O que está faltando nesse país é austeridade. Não voto nada para alterar a LRF aqui. Não mudo um artigo! – declarou.

A senadora Ideli Salvatti (PT-

SC) não considera que deixar estados ou a cidade de São Paulo falir seja uma situação desejável.

– Muitos estados e municípios fizeram o dever de casa. Mas ninguém vai deixar quebrar um estado ou um município. Por outro lado, afrouxar e ser conivente para pôr a perder todo o esforço fiscal feito nesse período é inadmissível – ressaltou, sem apontar uma solução intermediária.

Problema paulista e paulistano

Com problemas para atender a LRF, os governos do estado e da cidade de São Paulo estarão nas mãos do PSDB no próximo ano. Ainda assim, o líder do partido, senador Arthur Virgílio (AM), se diz contrário a flexibilizações na LRF. Para resolver o impasse, ele salienta que conversará com as lideranças paulistas sobre o assunto.

Da mesma forma, o líder do



José Agripino

PFL, senador José Agripino (RN), acredita que ainda há oportunidade para discutir a questão: "Cada coisa a seu tempo".

Ideli ofereceu sugestão aos governantes de São Paulo.

– Quem sabe eles não pedem uma assessoria ao Aécio (Neves, governador tucano de Minas Gerais, que conseguiu reduzir as dívidas do estado, praticamente enquadradas nos limites legais).

Líderes concordam com reforço de repasse ao FPM

O aumento do percentual de repasse da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para o FPM, de 22,5% para 23,5% – parte da reforma tributária aprovada pelo Senado –, é uma das reivindicações dos prefeitos para melhorar a saúde das contas municipais. Atualmente, a proposta está na Câmara, onde o relator, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), já apresentou voto favorável.

Os líderes do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), e do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), apóiam a aprovação imediata da proposta. Porém, não vêem a medida como panacéia para os problemas dos municípios observados em todo o país.

– Sou favorável à maior descentralização e à aprovação do aumento de 1% na alíquota do FPM, mas não como forma de perdoar os relapsos – afirmou o líder do PSDB.

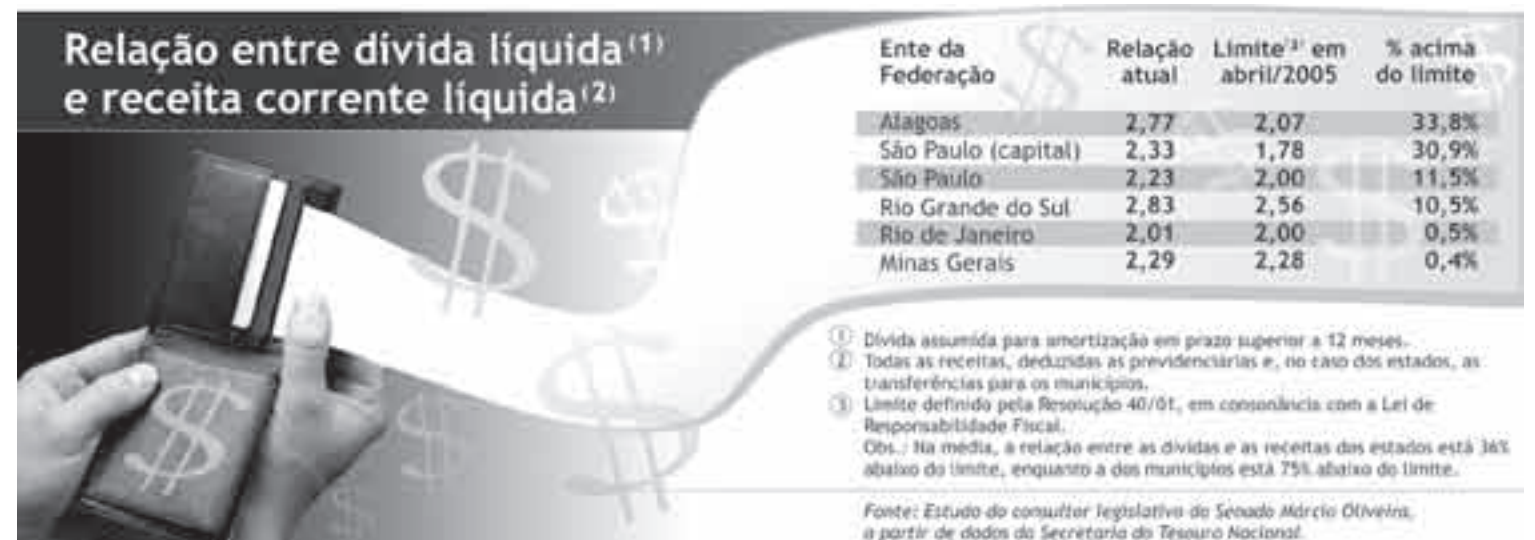
Ideli lembra que, ainda que a alteração no FPM esteja



Ideli Salvatti: "Não podemos fazer de conta que o problema não existe"

pendente de votação, grande parte das reivindicações da última marcha dos prefeitos foi atendida. Ela acredita que a contabilidade dos municípios sofre de outros males.

– Todo mês que o resultado das auditorias nas prefeituras é apresentado pela Controladoria Geral da República, entre 70% e 80% apresentam ilegalidades escandalosas: superfaturamento, desvios. Não podemos fazer de conta que o problema não existe – declarou Ideli.



PLENÁRIO

MPs

Arquivada MP de ajuda humanitária ao Paraguai

O presidente do Senado, José Sarney, determinou o arquivamento da medida provisória que concedeu ajuda humanitária para as vítimas do incêndio ocorrido em supermercado de Assunção, em agosto deste ano (MP 204/04). A MP foi aprovada pela Câmara no último dia 24, mas a ausência de votação no Senado determinou seu arquivamento, uma vez que o prazo

de vigência prescreveu. Agora, o Congresso Nacional tem um prazo de 60 dias para aprovar decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas decorrentes do período em que a medida provisória vigorou.

A MP não foi votada porque, segundo a oposição, ela não atendia aos pressupostos de urgência e relevância para edição de medidas provisórias.



Senado rejeitou medida provisória de ajuda ao Paraguai porque não atendia aos pressupostos de urgência e relevância

FCO terá mais R\$ 1,8 bilhão em recursos no ano que vem

Por meio de subvenção ao Banco do Brasil, lastreada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) terá, até 31 de dezembro de 2005, mais R\$ 1,8 bilhão para empréstimos. Pelo projeto de lei de conversão (PLV 52/04) aprovado pelo Plenário, o Banco do Brasil terá uma equalização dos

juros – a diferença entre os juros de mercado e os cobrados nos empréstimos concedidos pelos fundos constitucionais – que poderá ser paga antecipadamente pelo Tesouro Nacional.

Foi excluída da MP a concessão de crédito para compra de máquinas e equipamentos agrícolas no Programa de Modernização, ou na linha de crédito da Finame, do BNDES.

Plenário acata projeto que isenta livros de tributação

O Plenário aprovou o projeto de lei de conversão (PLV 53/04) à medida provisória (MP 206/04) que muda a tributação sobre ganhos em investimentos no mercado financeiro e de capitais, institui um regime tributário especial para estimular a modernização e ampliação dos portos brasileiros e isenta de PIS/Pasep e da Cofins os livros e assemelhados, como atlas geo-

gráficos e outras publicações. O benefício fiscal aos livros foi sugerido pelo presidente José Sarney. O relator *ad hoc* foi o senador Hélio Costa (PMDB-MG).

A mudança na tributação dos investimentos no mercado financeiro e de capitais visa estimular a prorrogação do resgate dos títulos da dívida pública interna.

Aprovada punição contra ONG fraudulenta

O Senado Federal aprovou na quarta-feira substitutivo a projeto que acrescenta artigo ao Código Penal para permitir responsabilizar e aplicar punição a organizações não-governamentais (ONGs) que tenham conduta fraudulenta (PLS 9/03). A punição aos responsáveis pela entidade, prevista no projeto, é de prisão de dois a cinco anos e multa. A proposta consta do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, que apurou denúncias contra as associações.

Em seu parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que a proposta busca coibir condutas nas quais os en-



Relator na CPI das ONGs, Mozarildo ressalta que o projeto amplia os mecanismos de controle estatal

tes privados são mal utilizados, em prejuízo do interesse público. Ele lembrou que a Constituição federal garantiu muitos direitos às ONGs, como a plena liberdade de associação para fins lícitos,

independentemente de autorização governamental; a legitimidade de representação judicial ou extrajudicial; e a dissolução somente após trânsito em julgado de sentença definitiva.

O senador observou que o aumento da importância das ONGs não foi acompanhado dos imprescindíveis mecanismos de controle estatal. Ele citou dados fornecidos pela Presidência da República dando conta de que estão registradas cerca de 7.504 ONGs, classificadas como de "utilidade pública"; há 37 ONGs estrangeiras pleiteando autorização para se instalar no Brasil; e 286 que já foram autorizadas a funcionar.

Combate à exploração sexual em debate

O Plenário começou a discussão, em primeiro turno, de três propostas da CPI Mista da Exploração Sexual que alteram dispositivos do Código Penal (CP) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na sessão de quarta-feira, foi aprovado requerimento de urgência para a tramitação do projeto de lei do Senado (PLS 253/04) que introduz uma série de mudanças na fixação das penas e classificação de crimes sexuais relacionados no CP. O projeto foi alvo, inclusive, de emenda de Plenário do senador Jefferson

Péres (PDT-AM), para restringir a imprescritibilidade desses delitos aos casos em que a vítima é menor de 18 anos.

Em seguida, o Plenário examinou o projeto de lei do Senado (PLS 254/04) que acrescenta ao estatuto punição pelas práticas de fotografar e/ou filmar crianças e adolescentes em cenas de sexo explícito ou pornográfica. A pena prevista é de reclusão de dois a seis anos, mais multa, e alcança também quem apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar por qualquer meio de comunicação, incluindo a In-

ternet, esse tipo de material. Ao discutir a proposição, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) destacou sua amplitude e, principalmente, o poder de tornar crime grave a manipulação dessas imagens pela Internet.

Outra alteração ao estatuto é o PLS 255/04, que estabelece o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou estabelecimento similar que persistir na prática de hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita deles ou do juiz.

Senado revoga portaria sobre sindicatos

O Senado aprovou projeto de decreto legislativo (PDS 1.125/04) que revoga portaria do Ministério do Trabalho e Emprego sobre contribuição sindical. A portaria determinava que contribuições definidas por assembleias de categorias profissionais somente poderiam ser cobradas dos trabalhadores sindicalizados. O projeto segue agora para votação na Câmara dos Deputados.

O senador Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto, argumentou, com a concordância do relator

José Jorge (PFL-PE), que a medida do ministério é inconstitucional porque apenas o Congresso pode legislar sobre matéria dessa natureza.

Paim disse que deve ser aplicado às contribuições o mesmo princípio segundo o qual os benefícios conseguidos por determinado sindicato são extensivos a toda categoria – associados ou não. O senador gaúcho acrescentou que o debate sobre as contribuições deve ser feito durante a discussão da proposta de reforma sindical,

que nem sequer foi enviada pelo governo ao Congresso.

– Enquanto não houver a reforma sindical acho que a contribuição deve ficar como é hoje – afirmou o senador.

Paim destacou a presença em Plenário de representantes do Fórum das Confederações de Trabalhadores, lembrou que o decreto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o requerimento de votação tinha a assinatura de todos os líderes partidários.

HABITAÇÃO - O Plenário rejeitou projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que aumentava os percentuais de depósitos em caderneta de poupança destinados ao financiamento habitacional. O projeto tinha parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi relatado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), mas o senador Paulo Octávio (PFL-DF) apresentou voto em separado, com texto substitutivo ao projeto original. A proposição tinha tramitação terminativa na CAE, ou seja, caberia à comissão a decisão final sobre a matéria, mas um requerimento pediu sua votação em Plenário, onde acabou rejeitado.



Jereissati

CÉLIO AZEVEDO

NOVA COMISSÃO - Projeto de resolução que cria a Comissão de Desenvolvimento Regional, Agricultura e Turismo foi aprovado pelo Plenário. A nova comissão permanente atende a propostas apresentadas pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Romero Jucá (PMDB-RR), Aelton Freitas (PL-MG), Leonel Pavan (PSDB-SC) e pelo senador licenciado Amir Lando (PMDB-RO), ministro da Previdência Social. O texto aprovado é um substitutivo do Alberto Silva (PMDB-PI) em nome da Comissão Diretora. Seu parecer teve por base o projeto de resolução (PRS 35/03), apresentado pelo senador Antonio Carlos, que pedia a criação de uma Comissão de Desenvolvimento Regional, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

VAI À SANÇÃO - O Senado aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 56/03) que torna crime a falsificação de selos destinados ao controle tributário. O projeto, enviado pelo Executivo em 1999, entrou em pauta após requerimento de urgência aprovado no último dia 26. A matéria, que agora segue para sanção presidencial, tem o objetivo de coibir principalmente o contrabando de cigarros, atividade usual na fronteira do Brasil com o Paraguai. Incurreria no mesmo crime quem comercializasse os produtos nos quais fossem afixados os selos falsificados. As penas variam de dois a oito anos de reclusão. O projeto recebeu parecer favorável do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).



ACM

JOSE CRUZ

DRUMMOND - Conforme parecer a projeto de lei da Câmara (PLC 83/03) aprovado pelo Plenário, o Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha (MG) passará a ser denominado Carlos Drummond de Andrade, para homenagear o poeta, falecido aos 85 anos, em 17 de agosto de 1987. A matéria, de autoria do deputado Jaime Martins, recebeu parecer favorável do relator, senador Aelton Freitas (PL-MG), na Comissão de Educação. A proposta vai à sanção presidencial. No encaminhamento da votação, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) cumprimentou Aelton Freitas pelo parecer e destacou a importância de homenagear o poeta mineiro, cuja obra é reconhecida internacionalmente. Drummond, nascido em Itabira no dia 31 de outubro de 1902, viveu por 18 anos em Belo Horizonte, onde se lançou como poeta.

COMISSÕES

Medicamento fora do prazo deve ser recolhido

Os fabricantes e distribuidores de medicamentos e cosméticos com prazo de validade vencido passarão a ter responsabilidade pela destinação final dos produtos, segundo determina o Projeto de Lei 125/00, do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será agora examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com o projeto, relatado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), caberá aos responsáveis técnicos das farmácias comunicar ao fabricante (ou distribuidor) o vencimento do prazo de validade, para que faça o recolhimento e dê a destinação correta. A destinação inadequada dos medicamentos e cosméticos ou seu abandono em vias públicas, ainda segundo a proposta do senador Luiz Pontes, serão punidos de acordo com a Lei de Crimes Ambientais.



Autor do projeto, senador Luiz Pontes quer evitar danos ambientais



Sibá: chance para motorista de empresa recorrer contra multas

Motorista de empresa pode recorrer de multas

Também recebeu parecer favorável da comissão substitutivo elaborado pelo senador Sibá Machado (PT-AC) ao Projeto de Lei da Câmara 96/01, que obriga o proprietário de veículo autuado por multa a cientificar formalmente o condutor, quando houver vínculo trabalhista entre eles, pelo menos 20 dias antes do vencimento do prazo de recurso. Se essa determinação não for cumprida, o empregador

não poderá transferir ao empregado o ônus do pagamento da infração.

O texto, que será agora submetido ao Plenário, foi apresentado com voto em separado de Sibá Machado e acolhido pelo relator do projeto, senador Jefferson Péres (PDT-AM). Segundo Sibá, a proposta destina-se a assegurar a todos que dirigem veículos sob vínculo empregatício a oportunidade de apresentar recurso contra multas que julguem indevidas.

CCJ aprova novas regras para causas cíveis



Emenda de Simon fixa valor da causa cível com base no IPTU ou no benefício patrimonial

A CCJ deu parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara 12/04, que estabelece novos critérios de atribuição do valor de causa no Código de Processo Civil. De acordo com emenda do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), o valor da causa, quando o litígio tiver por objeto bem imóvel, será o da estimativa fiscal de lançamento do imposto territorial ou predial, ou, se não puder ser aplicado esse critério, a medida do benefício patrimonial pretendido pelo autor, "em sua proporção". O projeto será

enviado ao Plenário.

A comissão acolheu também o Projeto de Resolução 17/04, de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que regulamenta a concessão de estágio remunerado a estudantes universitários nos gabinetes do Senado. O projeto vai à Comissão de Educação. A pedido do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a CCJ decidiu promover audiência pública sobre o Projeto de Lei 76/03, de sua autoria, que propõe modificações na legislação eleitoral.

CAS ouvirá denúncias contra o Ministério da Saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará audiência pública com o médico sanitário Gastão Wagner de Sousa Campos, secretário-executivo do Ministério da Saúde que pediu exoneração do cargo no último dia 10 de novembro. A intenção do senador José Jorge (PFL-PE), autor do requerimento aprovado pela CAS, é que Gastão Wagner preste esclarecimentos sobre declarações publicadas na imprensa em relação às condutas de saúde pública do ministério. O médico afirmou ao *O Estado de S. Paulo* que o ministério "faz tudo pelo marketing" e que "desrespeita as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)".

Também subscreveram o

requerimento os senadores Paléo Paes (PMDB-AP) e Lúcia Vânia (PSDB-GO). A entrevista ao jornal foi publicada no último dia 25 e torna públicas as divergências entre Gastão Wagner e o ministro da Saúde, Humberto Costa. Entre as acusações do ex-secretário, está a de que as políticas públicas do ministério são definidas pela área de *marketing*, e não pelos técnicos, e que a área de saúde foi usada para as últimas eleições municipais.

O médico disse ainda que há desrespeito ao SUS quando o ministério decide concentrar as decisões de compra, o que, para ele, aumenta o risco de negociatas. O ex-secretário afirmou também que o ministro



Lúcia Vânia endossou requerimento para ouvir denúncias de Gastão Wagner

Humberto Costa usa a máquina de governo para promover sua futura candidatura ao governo estadual. O senador quer apurar as denúncias e aprofundá-las.

Gastão Wagner é livre-docente do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Projeto define atribuições do Conselho de Comunicação

A Comissão de Educação (CE) aprovou parecer favorável do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que regulamenta a atuação do Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo do Congresso Nacional.



Sérgio Cabral

Osmar Dias disse que o projeto (PLS 61/03) procura resolver conflitos de atribuições entre o Conselho de Comunicação e a comissão que preside.

A matéria regulamenta a forma como devem ser enviadas solicitações ao conselho. O vice-presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), parabenizou Osmar Dias pela apresentação do

projeto.

Também foram aprovados relatórios favoráveis a projetos de autoria da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) que torna crime danos ao patrimônio público (PLS 47/04); do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que estabe-

lece em 16 anos a idade máxima para a não recomendação de espetáculos e diversões; e do senador Marco Maciel (PFL-PE), que institui a comissão especial do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022. Marco Maciel afirmou que, embora pareça cedo, é importante cuidar desse tipo de comemoração com antecedência.

Audiência pública discutirá spams

Na mesma reunião da CE, dois requerimentos foram aprovados pelos senadores. O primeiro, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), determina a realização de audiência pública para discutir projeto do senador Hélio Costa que pretende coibir o envio de *spams* (mensagens indesejadas de correio eletrônico). Deverão ser ouvidos o coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil, Ivan de Moura Campos, o presidente do Serviço Federal de Processamento de Da-

dos (Serpro), Henrique Costabile, e representantes dos provedores iG, Uol e Terra.

O outro requerimento, do senador Efraim Morais (PFL-PB), pretende debater projeto de lei (PLS 507/03) da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que define as diferentes categorias de "trabalhadores da educação". Serão convidados representantes dos trabalhadores, do Ministério da Educação e do Conselho Federal de Educação.

Delegação parlamentar e comercial russa visita CAE

Ao saudar os integrantes do Comitê de Mercados Financeiros e Circulação Monetária, do Conselho da Federação da Assembléia Federal da Rússia, em visita à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o presidente Ramez



Ramez Tebet

Tebet (PMDB-MS) lembrou os 175 anos de relacionamento entre Brasil e Rússia e destacou o incremento das relações comerciais entre os dois países.

O chefe da delegação russa e presidente do comitê, Serguey Aleksandrovitch Vassilhev, dis-

se estar crescendo na Rússia a noção de que o Brasil deve ser parceiro estratégico do país.

Também visitaram o Senado integrantes do Comitê de Ecologia da Duma Estatal, da Assembléia da Rússia, recebidos

pela Subcomissão Permanente do Meio Ambiente, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), elogiou o fato de a Rússia ter assinado o Protocolo de Kyoto.

CAE autoriza Betim a contratar empréstimo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável à operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de US\$ 24,075 milhões, para a prefeitura de Betim (MG), cidade que integra a região metropolitana de Belo Horizonte. Os recursos serão disponibilizados pelo Banco Mundial. O empréstimo é destinado ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim. O parecer seguiu para o Plenário em

regime de urgência e foi aprovado na quarta-feira.

Betim entrará com US\$ 25,3 milhões para a realização do projeto, que tem custo total orçado em US\$ 49,4 milhões. Os recursos, segundo observou Eduardo Azeredo (PSDB-MG), serão importantes para adequação de aspectos urbanos da cidade, que, como lembrou, tem 300 mil habitantes e está se expandindo rapidamente. A prefeitura, ponderou o senador, reúne boas condições financeiras para saldar a dívida.

COMISSÕES

Tropas ficam no Haiti se governo promover abertura

Os próximos seis meses serão decisivos para que se possa definir a duração da permanência de tropas brasileiras no Haiti, afirmou na quinta-feira (2), em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Para que os soldados fiquem no país, anunciou, será necessário que o governo provisório do Haiti demonstre abertura em relação aos setores da sociedade e a todas as correntes políticas.

– Se os primeiros seis meses foram de aprendizado, os próximos serão um teste para ver se as coisas estão caminhando na direção certa – disse Amorim, em resposta a um questionamento do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Para o senador, a missão brasileira se justifica pela solidariedade hemisférica,

mas advertiu que a possível morte de um soldado brasileiro levaria a população a questionar a operação.

Amorim lembrou que, desde o início, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que a participação brasileira deveria levar em conta tanto o aspecto de manutenção da ordem quanto o de recuperação institucional, econômica e social.

Em relação à reconstrução política do país, Amorim considerou positiva a prometida realização de eleições no próximo ano, mas defendeu a promoção de um diálogo amplo.

Cristovam Buarque (PT-DF) quis saber se havia críticas à atuação brasileira. Amorim respondeu que o Brasil tem o apoio latino-americano, mas nem sempre de países mais desenvolvidos, que, a seu ver, preferiam uma “ação



Em audiência na CRE, ministro Celso Amorim disse que permanência das tropas brasileiras está sendo avaliada

robusta do ponto de vista militar”.

Costa pede apoio para família de brasileira morta nos EUA

Hélio Costa (PMDB-MG) solicitou a Amorim apoio do Itamaraty à família de Maria Raimunda Ribeiro, cujo corpo foi identificado por autoridades norte-americanas. Mineira, com 54 anos, ela morreu ao tentar atravessar a fronteira entre o México e os Estados Unidos.

Para Celso Amorim, negociações na OMC são prioridade brasileira

As negociações em andamento na Organização Mundial do Comércio (OMC) são prioridade da agenda internacional brasileira, informou Celso Amorim, durante audiência na CRE.

Ao responder a indagação da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) a respeito das negociações sobre o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia e o Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca), o ministro disse que o país continua interessado nas duas propostas, mas tem grande interesse nas conversações multilaterais para a liberalização do comércio mundial.

O ministro recordou que as conversações efetivas entre o Mercosul e a União Européia começaram há pouco mais de seis meses. Nesse período,

observou, estão sendo debatidos pela primeira vez temas como serviços de telecomunicações, financeiros e marítimos. Mas ficaram para discussões na OMC, relatou, questões polêmicas como a dos subsídios oferecidos aos agricultores pelos europeus.

Durante a audiência, presidida por Eduardo Suplicy (PT-SP), Jefferson Péres lamentou que o Mercosul não possa dar início a negociações com a China, porque o Paraguai mantém relações diplomáticas com Taiwan, ilha que o governo de Pequim considera parte integrante da China.

Em resposta, Celso Amorim reconheceu dificuldades de integração, mas afirmou que os problemas só serão resolvidos com “mais Mercosul, e não menos”.

Comissão deverá debater relações comerciais no Mercosul

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) sugeriu à representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em reunião na quinta-feira (2), a realização de audiência sobre relações comerciais no Mercosul, em especial sobre a concorrência entre produtores de vinho, arroz e trigo.



Sérgio Zambiasi

A comissão aprovou ainda requerimento do deputado Dr. Rosinha (PT-PR) para realização, em 2005, do fórum internacional “Direitos Humanos: Agenda Permanente do Século 21”. Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que presidia a reunião, e Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiaram a sugestão.

Também foi aprovado parecer de Zambiasi favorável à mensagem do Executivo que submete ao Congresso acordo entre Brasil e Uruguai para cooperação policial.

Subcomissão da Operação Pororoca quer ouvir delegado

A subcomissão temporária criada para acompanhar as investigações da Polícia Federal na chamada Operação Pororoca aprovou na quinta-feira (2) requerimento solicitando que seja convidado para audiência pública o delegado que preside o inquérito, Tardelli Boaventura. A intenção da presidente da subcomissão, Ana Júlia Carepa (PT-PA), é realizar a audiência ainda este ano e depois disso elaborar o cronograma de atuação da subcomissão.

A senadora agendou encontro com o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, para tratar do funcionamento da subcomissão e do convite a ser feito a Boaventura. A Operação Pororoca investiga fraudes em 17 obras públicas licitadas no Amapá e vencidas pela construtora Método Norte, do empresário Luiz Eduardo Corrêa.



Ana Júlia

ORÇAMENTO

Ministro da Integração Nacional apresenta diretrizes a Jucá

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, reuniu-se na quinta-feira (2) com o relator do projeto de Lei Orçamentária de 2005, senador Romero Jucá (PMDB-RR), para apresentar as diretrizes da pasta para o Orçamento do próximo ano. Segundo Ciro, foi apresentado a Jucá um plano integrado que contempla gastos com desenvolvimento regional, defesa civil e infraestrutura hídrica. O ministro disse acreditar que a pasta deverá executar próximo de 100% do orçamento deste ano.

A reunião do ministro com Jucá aconteceu um dia após o líder do PFL, senador José Agripino (RN), comunicar que seu partido só votará o Orçamento para 2005 se o governo cumprir compromissos, como o de atualizar a tabela do Imposto de Renda e o de compensar estados e municípios pelas perdas com a desoneração das exportações determinada pela Lei Kandir.

– Não concordaremos em votar o Orçamento sem a solução da questão da atualização da tabela do Imposto de Renda – afirmou.

Oposição pede transparência

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) registrou que a oposição quer transparência em relação ao Orçamento vigente e análise acurada do Orçamento para o próximo ano. Guerra disse que, em reunião das lideranças na Câmara e no Senado com o líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra (PTB-RN), ficaram definidas questões que deverão ser resolvidas ao longo da aprovação do Orçamento de 2005, entre elas a relativa ao Fundo de Exportação.



Ciro Gomes apresentou a Jucá, relator do Orçamento de 2005, plano integrado de gastos

Congresso aprova créditos para órgãos públicos

Na primeira sessão plenária do mês, o Congresso Nacional aprovou quatro projetos autorizando a liberação de recursos para órgãos públicos. O de maior valor liberou R\$ 2,4 bilhões para órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público. Também foi aprovado crédito suplementar de R\$ 12,6 mil para o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Ministério da Educação (PLN 91/04).

Os dois outros projetos destinam-se ao cumprimento de decisão judicial para pagamento de pessoal, sendo um no valor de R\$ 26,4 milhões para o pagamento de gratificação a policiais do ex-território do Amapá (PLN 80/04) e o segundo, no montante de R\$ 40,6 milhões, para servidores da Polícia Civil, do extinto território de Rondônia (PLN 102/04). A liberação dos recursos tem como objetivo equiparar os rendimentos dos policiais dos ex-territórios aos da Polícia Federal. Os projetos vão à sanção presidencial.

Crítica para votações às pressas

Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o Executivo não age corretamente ao esperar que os parlamentares votem as solicitações de créditos às pressas. Essa postura do governo, observou, gera uma “desmoralização permanente do Congresso”, que também seria responsável por não votar o Orçamento impositivo, que permitiria eliminar a necessidade de deliberação sobre créditos suplementares.



Joaquim Levy afirma que meta de superávit será “plenamente atingida”

Secretário do Tesouro participa de reunião na CMO

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, negou-se a fazer comentário sobre o suposto aumento da carga tributária do país nos últimos meses, durante reunião na quinta-feira (2) na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Para ele, seria “precipitado” falar sobre o tema, antes de a equipe econômica fechar as contas do ano.

Para a oposição, teria havido aumento da carga tributária. Segundo informou o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), a União deverá arrecadar em impostos até o fim do ano cerca de R\$ 16,5 bilhões a mais do que o inicialmente previsto. Os números, conforme contabilizou, correspondem a quase 1% do produto interno bruto (PIB), “o que representa crescimento tributário”.

Para parlamentares da base do governo, a exemplo do deputado Eduardo Valverde (PT-RO), os números apresentados pela oposição mostram aumento da base de arrecadação, já que o governo aumentou o combate à sonegação.

Levy compareceu à CMO para avaliar o cumprimento da meta de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social do 2º quadrimestre de 2004, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo ele, os objetivos foram “plenamente atingidos” e a previsão para o restante do exercício será de cumprimento da meta, não havendo indicação de medidas corretivas.

COMISSÕES

Meirelles celebra sucesso da política econômica

Embalado pela divulgação, no mesmo dia, do crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro em 5,3% nos nove primeiros meses do ano, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, aproveitou a audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional para celebrar o “sucesso da política econômica do governo federal”. Meirelles comemorou ainda a criação de 1,8 milhão de empregos formais neste ano como a “maior da história”.

Os parlamentares de oposição, todavia, fizeram duras críticas ao otimismo do presidente do BC. Para eles, os números “cor-de-rosa” apresentados pelo governo não refletem a realidade das “cores cinzas” das ruas, citando como indicadores negativos o achatamento salarial, a manutenção da elevação das taxas de juros, os baixos investimentos e o aumento do superávit primário.

Meirelles compareceu terça-feira de manhã ao Congresso para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (§ 5º do Artigo 8º), que determina a apresentação pelo BC de uma avaliação do cumprimento das metas das políticas monetária, creditícia e cambial, seu impacto e o custo



Otimismo de Meirelles com resultados da economia foi criticado pela oposição

fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Crescimento existe, mas não é homogêneo

Durante sua exposição, Henrique Meirelles argumentou que o governo está criando condições para que o país tenha um crescimento sustentável ao longo dos próximos anos. Questionado pela oposição, admitiu alguns problemas no cenário econômico, como a recuperação não homogênea em todos os setores (os que mais cresceram foram os ligados ao crédito e à exportação) e a atuais taxas de juros

terna e promover um crescimento de forma sustentável, citando a elevação do PIB e o saldo da balança comercial. Mercadante admitiu que o crescimento em 2003 foi baixo, mas permitiu ao governo equilibrar as contas externas e internas, no que chamou de “desendividamento” do Estado.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o fortalecimento do mercado interno como forma de a economia crescer de forma saudável e equilibrada. Somente dessa maneira, notou o senador, o governo poderia melhorar a renda dos assalariados.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o fortalecimento do mercado interno como forma de a economia crescer de forma saudável e equilibrada. Somente dessa maneira, notou o senador, o governo poderia melhorar a renda dos assalariados.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o fortalecimento do mercado interno como forma de a economia crescer de forma saudável e equilibrada. Somente dessa maneira, notou o senador, o governo poderia melhorar a renda dos assalariados.

O que disse Henrique Meirelles

✓ INFLAÇÃO

Tem cumprido a meta para este ano (5,5%, com uma margem de 2,5 pontos percentuais para mais ou para menos), já que a previsão é de um índice de 7,3%. Para 2005, o patamar é de 6,25%.

✓ POLÍTICA MONETÁRIA

O saldo comercial do país é o maior da história (US\$ 32,6 bilhões, de setembro/2003 a setembro/2004), a conta corrente registra saldo positivo (deve fechar 2004 em 1,6% do PIB) e o país está crescendo a taxas rigorosas (5,3% até setembro).

✓ EXPORTAÇÕES

Crescem “de forma vigorosa”, mesmo com a retomada da economia e a conseqüente ampliação das importações. Permitiram a redução da vulnerabilidade do país.

✓ DÍVIDA EXTERNA

A dívida externa líquida, que já foi de 3,6 vezes o valor total de exportações, hoje limita-se a uma vez e meia o total de vendas ao exterior.

✓ DÍVIDA INTERNA

A participação da dívida pública líquida sobre o PIB era de 61% em setembro de 2002. Em outubro deste ano, foi reduzida para 53,7%.

✓ JUROS

O valor ainda elevado dos *spreads* (taxa de risco) bancários poderá ser reduzido, entre outros fatores, com a aprovação pelo Congresso Nacional da nova Lei de Falências, em tramitação na Câmara.

✓ RESERVAS

As operações do Banco Central no primeiro semestre tiveram saldo positivo de R\$ 2,8 bilhões, tendo sido repassados R\$ 2,5 bilhões ao Tesouro Nacional.



O ministro Nelson Machado (E) conversa com o senador Fernando Bezerra e o deputado Paulo Bernardo

Ministro anuncia redução da carga tributária

maior incentivo para investimentos públicos.

Nelson Machado revelou ainda que a redução prevista só será possível devido à maior arrecadação previdenciária, em relação às estimativas iniciais para 2004. O ministro avaliou que serão criados um novo órgão do Ministério da Previdência para combater fraudes e sonegação e uma nova política de recuperação de créditos e valorização dos fiscais previdenciários.

Na CMO, o ministro também ressaltou que o governo espera concluir até meados do mês um projeto-piloto de investimentos,

que será enviado ao Congresso Nacional para constar do Orçamento da União do próximo ano, e que irá privilegiar áreas como transporte e saneamento básico, além de incluir aumento com gastos sociais.

A oposição quis saber sobre os motivos de o governo não ter incluído na proposta orçamentária os recursos necessários para compensar, monetariamente, os estados exportadores pelas perdas com o ICMS. Nelson Machado explicou que não existe uma legislação específica que trata do assunto, mas admitiu que a questão deverá ser resolvida nos próximos dias pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Lei de incentivo à cultura deve ser proposta em 2005

O secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, Sérgio Xavier, assegurou ao presidente da Comissão de Educação, senador Osmar Dias (PDT-PR), que será enviado ao Congresso, em 2005, o projeto de reforma da legislação de incentivo à cultura. A garantia foi dada em reunião da CE para discutir a crise do teatro brasileiro.

Osmar Dias lembrou que, por se tratar de matéria tributária, o projeto, se aprovado pelo Congresso, somente entrará em vigor em 2006, último ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Caso o Ministério não encaminhe a proposta, ele disse que a própria comissão poderá apresentá-la, embora considere

que a tramitação será mais fácil se a iniciativa partir do governo federal.

– É muito pouco tempo de planejamento para pouco tempo de execução. A não ser que o governo esteja confiante na reeleição – afirmou Osmar Dias.

Os produtores teatrais Eduardo Barata e Nilson Raman, e o empresário do setor, Wilson Rodrigues, disseram acreditar que a demora do Ministério da Cultura para enviar ao Congresso as alterações nas regras do incentivo cultural paralisou os investimentos no setor. Segundo Raman, as empresas não estão investindo em produções artísticas com medo de que mudanças na legislação possam comprometer seus recursos.



Osmar Dias, entre as atrizes Maria Padilha e Nathalia Thimberg, anunciou projeto para alterar a lei de incentivo à cultura

ONU recomenda prioridade do Brasil para as crianças

As recomendações do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, formuladas depois que o governo brasileiro encaminhou, em setembro, o primeiro relatório sobre a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) foram apresentadas em reunião da Frente Parlamentar da Infância. Entre as recomendações, está a de que o Brasil “considere matéria de prioridade máxima todas as medidas necessárias para impedir o assassinato de crianças, investigar plenamente cada caso dessas sérias violações dos direitos da criança, trazer

os perpetradores para a Justiça e prover a família das vítimas com apoio e compensação adequados”.

No documento, o comitê observa que “dramáticas desigualdades baseadas em raça, classe social, gênero e localidade geográfica” dificultam a realização plena dos direitos consagrados na convenção.

A coordenadora da Frente Parlamentar no Senado, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), informou que os líderes partidários se comprometeram a aprovar propostas legislativas elaboradas pela CPI Mista da Exploração Sexual.

Ex-dono acusa BC de “doar” Banco Nacional ao Unibanco

O ex-dono do extinto Banco Nacional, Marcos Magalhães Pinto, acusou o Banco Central e o governo Fernando Henrique Cardoso de “doarem” o Nacional ao Unibanco, acompanhado de um cheque de R\$ 3 bilhões, e acrescentou que o processo de liquidação, que continua, não tem mais nenhuma razão de ser.

– A partir de 2005, o Tesouro Nacional será obrigado a creditar R\$ 1,2 bilhão em juros junto à massa falida do Banco Nacional. O Tesouro já desembolsa hoje perto de R\$ 800 milhões em pagamento de juros à massa falida do Banco Nacional – disse Marcos Magalhães Pinto, que compareceu à Subcomissão

Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Magalhães Pinto disse ainda que o liquidante, em 1995, comprou títulos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que passaram a ser a maior parte da carteira de títulos da massa falida. E estabeleceu para os FCVSs um valor equivalente a apenas 35% do valor de face.

Ao fazer um histórico da quebra, Magalhães Pinto disse que o Banco Nacional começou a ter problemas com o fim da inflação decorrente do Plano Real e que, segundo ele, acometeu todo o sistema financeiro.

PLENÁRIO

Jonas quer prioridade para o agronegócio

Ao destacar que o agronegócio vem sendo responsável por sucessivos superávits na balança comercial, pelo controle da inflação e pela diminuição do desemprego, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) alertou para o período de turbulência que a atividade começa a passar. Por esse motivo, ele cobrou prioridade especial para o setor, sob pena de todo o esforço construído nos últimos anos para sua modernização ter sido em vão.

– Um agravamento dessa crise do agronegócio brasileiro afetará de maneira desastrosa não somente a economia nacional e o nível de emprego, mas também as finanças públicas, devido à conseqüente redução da arrecadação – afirmou Jonas.

Segundo o senador, três fatores estão preocupando os empresá-

rios do campo. O primeiro deles é a diminuição da cotação dos produtos agrícolas no mercado internacional. O segundo é a elevação dos custos de produção, sobretudo em decorrência do aumento dos preços dos insumos agropecuários como os fertilizantes e defensivos. O último fator é a queda do dólar e a conseqüente valorização do real.

Jonas Pinheiro informou que no dia 11 de novembro a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realizou em Cuiabá (MT) reunião para estabelecer o debate entre lideranças rurais e representantes do poder público. Ao final do encontro, foi elaborada uma pauta de reivindicações encaminhada ao governo federal.



Crise no setor poderá afetar toda a economia, alerta Jonas Pinheiro

Na lista de itens defendidos pelos produtores estão a aprovação da nova Lei de Biossegurança e da lei dos agrotóxicos genéricos, a recuperação imediata da malha viária federal, a liberação de recursos para comercialização, a prorrogação dos prazos de financiamentos rurais, entre outros.

Sibá: concessão de uso para assentado

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu proposta de emenda à Constituição (PEC 59/03) que tramita em fase final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e estabelece que as famílias beneficiadas pela reforma agrária receberão o título de concessão de uso da terra. Sibá lembrou que hoje a Constituição determina que os assentados receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, ou seja, há dupla opção à disposição do Poder Público. Segundo o senador, a opção escolhida ao longo dos anos foi,

na quase totalidade dos casos, a de título de domínio, “justamente a menos recomendável”.

A PEC apresentada por Sibá modifica a Constituição estabelecendo apenas a opção de concessão de uso. O parlamentar defendeu a alteração afirmando que a distribuição de títulos de domínio tem tornado a reforma agrária vulnerável a vários vícios, como o de inúmeros beneficiários que alienam seus títulos assim que recebem e voltam a pleitear lote em outro assentamento, gerando a “indústria da posse”.

Outra distorção apontada pelo senador refere-se à atuação do antigo proprietário: após conseguir indenização, ele recompra a terra do agricultor assentado. Com sua proposta, Sibá salienta que esse tipo de transação não seria mais possível, já que não haveria necessidade a transferência da propriedade rural ao beneficiário.

– Esses vícios frustram o objetivo constitucional de promoção da justiça social mediante a distribuição da terra e ainda submete toda a sociedade a um ônus excessivo – disse Sibá.

Raupp reclama crédito sem atraso para pequeno produtor

A concessão de crédito agrícola em tempo hábil para pequenos produtores da Amazônia foi defendida pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele afirmou que a liberação de financiamento, tradicionalmente, é feita de forma tardia, impossibilitando a viabilidade da safra. Raupp dirigiu seu pedido ao governo federal e, particularmente, ao Banco do Brasil e ao Banco da Amazônia, os grandes operadores de crédito rural na região.



Valdir Raupp

Raupp observou que a agricultura familiar desempenha papel primordial na ocupação da terra, na qual “constituem uma base produtiva de rápidas respostas aos programas de estímulo à produção”.

O senador destacou novas técnicas de gerenciamento e inovações tecnológicas para o fortalecimento da agricultura familiar. Citou o uso de sementes com alta potencialidade de produção, a utilização de tecnologias poupadoras de insumos, como o manejo integrado de pragas e o controle biológico, e a utilização de sistemas agroflorestais, que permitem a diversificação da produção.

Ações para melhorar a baixa competitividade da agricultura familiar foram defendidas por Raupp. Entre os problemas detectados, mencionou os elevados riscos da produção agrícola; o baixo nível de produtividade; e o pequeno ou inexistente valor agregado aos produtos.

Alta de combustível prejudica a economia, critica Pavan

Os consumidores serão os maiores prejudicados com os aumentos dos combustíveis em razão da elevação dos preços do álcool pelos produtores, mas estes últimos também poderão sofrer conseqüências em face de possível diminuição do consumo, disse o senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Segundo o parlamentar, outro reflexo deverá ser a retração nas vendas de carros a álcool ou bicomcombustível, uma vez que os compradores pensarão duas vezes antes de adquirir um veículo mais caro sem a compensação de preços módicos para o álcool.

Pavan criticou o governo por não entender a respeito da política de preços dos combustíveis. Depois de afirmar que não haveria outros aumentos até o fim do ano, observou ele, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, foi desmentida pela direção da Petrobras, que alegou justamente os reajustes promovidos pelas usinas de álcool.

– O fato é que os usineiros estão se aproveitando de uma situação favorável para aumentar suas margens – salientou o senador, reconhecendo que houve diminuição na oferta pelo atraso na colheita de cana causado pelas chuvas, aumento das exportações e aumento do consumo de álcool hidratado, justamente pela entrada no mercado de automóveis movidos tanto a álcool quanto a gasolina.

Na opinião do parlamentar, a política dos usineiros é “perigosa” para eles próprios, já que o produto só seria interessante se o preço nos postos não ultrapassasse os 65% do preço da gasolina.



Leonel Pavan

Paim pede apoio a produtor de tabaco

A situação dos produtores de tabaco tem sido motivo de preocupação do senador Paulo Paim (PT-RS). Ele lembrou que será realizada nesta segunda-feira audiência pública em Santa Cruz (RS) para debater a convenção-quadro da Organização Mundial da Saúde, com regras para o controle do tabaco. A audiência foi convocada pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), responsável pelo exame da convenção.

Paim defendeu ainda a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência e ressaltou a criação de comissão mista para discutir formas de garantir aumento do salário mínimo.

Saturnino cobra crédito para a Varig

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse estar havendo desatenção por parte do governo com o problema financeiro da Varig. Segundo ele, a empresa precisa de empréstimo de curto prazo, que seria totalmente viável, para superar a crise em que se encontra, mas não há vontade política para a liberação desse financiamento.

Saturnino afirmou que a Varig usufrui de uma condição especial, pois detém a propriedade de todo o seu patrimônio.



Saturnino

Mão Santa defende criação de universidade

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, que será a segunda do estado do Piauí. Ele explicou que tramita projeto no Senado nesse sentido, mas observou que o caminho da criação da universidade seria mais curto caso o presidente Lula resolvesse assumir a proposta.

O senador observou que Lula



Mão Santa

teve grande votação no Piauí e que seria um ato de justiça e gratidão premiar o estado com uma segunda universidade.

– Não queremos almoço nem jantar, queremos a mais importante semente, que é a do saber – afirmou

Mão Santa.

Ele lembrou que, quando governador, criou mais de 300 cursos universitários, espalhados em 32 campi avançados.

EVANGÉLICO - Pela passagem do Dia do Evangélico, celebrado em 30 de novembro no DF, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) destacou a assistência social e espiritual que seguidores de religiões evangélicas promovem em orfanatos, escolas, creches, asilos, hospitais e presídios. Ele ressaltou o crescimento das igrejas evangélicas no Brasil e sua atuação nas relações familiares e na formulação de políticas públicas.

Paulo Octávio registrou a realização, na última semana, da “1ª Conferência Nacional de Parlamentares Evangélicos”, com a participação de cerca de 300 pessoas.

MÉDICOS - Ao cumprimentar os 23 estudantes que concluíram no dia 30 de novembro o curso de Medicina na Universidade Federal de Roraima, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu a instalação de pelo menos um curso de Medicina em todas as capitais brasileiras. Ele lamentou que exista uma campanha nacional contra a implantação de novos cursos. – Os que fazem esse tipo de campanha trabalham a favor da ampliação das desigualdades regionais. Infelizmente, as regiões Sul e Sudeste concentram, hoje, 80% dos cursos de Medicina do país – afirmou Mozarildo.

SÃO CAETANO - O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) assumiu a defesa da torcida do São Caetano e protestou contra uma possível decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva de punir o time pela morte súbita do jogador Serginho, em outubro passado. Se a previsão se confirmar, Maguito disse que o São Caetano deve perder pontos e ser afastado da disputa pelo título do Campeonato Brasileiro, do Sul-Americano e da Taça Libertadores da América.

– Puna-se quem cometeu a irresponsabilidade de escalar um atleta sem condições de jogo. Mas preservem os que fazem a grandeza do futebol – apelou.



Maguito Vilela

PLENÁRIO

IBGE desmente herança maldita, diz Demostenes

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) analisou o estudo *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2004*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados de pesquisas do próprio IBGE e de outras instituições. Demostenes ressaltou, em resposta a aparte do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que o levantamento “demonstra cabalmente que não há herança maldita deixada pelo governo anterior”.

Ao listar uma série de dados referentes às áreas de saúde, educação, política, segurança pública, habitação, saneamento, meio ambiente e agronegócio, Demostenes comentou que eles mostram que o governo Luiz Inácio Lula da Silva diminuiu os investimentos em todas as áreas,



Demostenes: governo Lula diminuiu investimentos em todas as áreas

apontando sinais de piora e sistemática evolução negativa.

– De acordo com os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), neste ano o Ministério das Cidades, talvez

uma das mais notáveis ilhas de incompetência do governo Lula, teve o desprazer de investir 0,16% dos recursos orçamentários destinados aos programas de saneamento. Dos R\$ 96 milhões autorizados, apenas R\$ 156 mil foram executados. Na Fundação Nacional de Saúde, não é diferente. Dos R\$ 864 milhões destinados para o setor, foram pagos 4,39% – exemplificou.

Eduardo Suplicy discordou e lembrou pronunciamento da senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, assinalando que houve crescimento significativo no número de famílias atendidas pelos programas de saneamento básico e de habitação do Ministério das Cidades, comparativamente ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

Ideli afirma que crítica da oposição é “palpite infeliz”

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), usou a letra do samba *Palpite Infeliz*, de Noel Rosa, para refutar críticas da oposição num momento em que indicadores como o crescimento do produto interno bruto (PIB) e das exportações comprovariam o acerto da política econômica. “Quem é você que não sabe o que diz?/Meu Deus do céu, que palpite infeliz...”, entoou da tribuna do Senado a parlamentar catarinense, integrante de uma escola de samba em Florianópolis.

O discurso de Ideli foi um misto de resposta aos opositores e homenagem ao Dia Nacional do Samba, comemorado na quinta-feira. A senadora usou “a mais importante manifestação cultural brasileira” para mostrar o que considera um equívoco dos críticos do governo Lula.

– Esta semana estamos vivendo uma controvérsia acirrada sobre competência, resultados. O samba do Noel é o mais adequado para o momento – sentenciou a líder do PT.

Heráclito também usa samba para responder à líder do PT

No mesmo ritmo de samba, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) recorreu à letra da música *Canto Chorado*, de Billy Blanco (“O que dá pra rir dá pra chorar”), em resposta ao discurso da senadora Ideli Salvatti.



Heráclito Fortes

O parlamentar citou ainda a canção *Vou Festejar*, de Neoci Dias, Dida e Jorge Aragão, imortalizada pela intérprete Beth Carvalho, que diz: “Você pagou com ingratidão a quem

sempre lhe deu a mão”, explicando seguir sugestão que recebera há pouco, de uma eleitora de Minas Gerais, por meio de seu gabinete. Ele acrescentou que essa era a “voz da população”.

Ideli Salvatti havia citado a música *Palpite Infeliz*, de Noel Rosa, entre outras, para comemorar o Dia do Samba e realçar a frustração dos que fizeram previsões negativas sobre o governo do PT.

Tião Viana celebra índices econômicos

O senador Tião Viana (PT-AC) comemorou os índices econômicos apresentados pela revista *Veja*, segundo ele bem melhores do que as expectativas de há um ano.

– Há uma inquietação normal e democrática da oposição com a governabilidade e com a gestão pública. Preocupação, aliás, que também é da base do governo, mas os números da economia nos enchem de otimismo – disse Tião Viana.

O senador lembrou que, no início do governo Lula, a inflação era de dois dígitos e hoje é insignificante, prevendo-se um IPCA de 7,12%; que o crescimento previsto para os próximos dois anos era de, no máximo, 3% ao ano, e já em 2004 espera-se um crescimento de 4,86%. Para Tião Viana, o governo Lula também excedeu as expectativas na geração de empregos formais, com 1,79 milhão de novos postos de trabalho e uma previsão de 2 milhões até o fim do ano.



Tião Viana

Transposição das águas causa nova polêmica

A decisão da Justiça de suspender o processo de transposição das águas do Rio São Francisco foi comentada pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Heloísa Helena (PSOL-AL), Almeida Lima (PDT-SE),



Heloísa Helena

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Garibaldi Alves (PMDB-RN) e José Jorge (PFL-PE).

– Já tinha alertado para o absurdo dessa transposição sem que sejam ouvidos os comitês de bacia, e peço ao ministro [da Integração Nacional] Ciro Gomes que aja com sensatez – afirmou Antonio Carlos.

Heloísa Helena declarou-se contrária ao projeto, por entender que há outras formas de usar as águas do São Francisco, inclusive em benefício dos estados do Nordeste que não são banhados

pelo rio. Valadares pediu ao governo que se empenhe na aprovação de emenda à Constituição que vincula 0,5% da receita tributária federal a um programa de revitalização do rio.

Almeida Lima aplaudiu a decisão da juíza, que teve “a

coragem, que falta ao nosso presidente, de reconhecer a inviabilidade e a falta de consistência do projeto”. Garibaldi considerou a decisão “inconsistente”, pois apenas barrou a realização da reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos na qual seria formalizada a decisão de desviar parte das águas do rio para estados fora da bacia.

José Jorge pregou a necessidade de que a decisão do assunto passe pelo crivo do Congresso, em especial do Senado, a quem cabe defender a Federação.

José Jorge teme que preço baixo estimule um apagão

O senador José Jorge (PFL-PE) afirmou que, caso o preço a ser pago pela energia elétrica, em leilão esta semana, seja baixo, novos investimentos no setor podem ser inviabilizados. No leilão, serão oferecidos 55 mil megawatts de usinas já em operação. O problema, segundo o senador, é que 80% da energia gerada estão nas mãos do Estado.

– Se os preços forem muito deprimidos, novos investidores não se sentirão atraídos para fazer inversões de capital. Se o

Estado resolver baixar muito o preço da energia, com o intuito de garantir menores preços para o consumidor final, corremos o risco de gerar um mercado não atrativo e criar as condições para um apagão no futuro – disse.

Para agravar a situação, alertou, o governo optou por não definir preços mínimos para o leilão. Segundo levantamentos citados por José Jorge, o Brasil precisa investir R\$ 13 bilhões anuais nos próximos dez anos em geração de energia elétrica.

Lobão anuncia usina siderúrgica no Maranhão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou a associação entre o grupo chinês Baosteel e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) visando à implantação de uma usina siderúrgica para a produção e exportação de placas de aço em São Luís, capital do Maranhão. Ele revelou que o investimento pode chegar a quase US\$ 3 bilhões em três anos.

De acordo com o senador, o empreendimento terá capacidade de produção de 4,1 milhões de toneladas de placas em sua

primeira etapa, podendo atingir 7,5 milhões caso seja instalado um segundo alto-forno, e terá uma necessidade adicional de mão-de-obra numa média anual de 79,5 mil trabalhadores em toda a cadeia produtiva direta e indireta. Para a concretização dessa meta, informou o senador, serão necessários investimentos da ordem de US\$ 1,4 bilhão na primeira etapa, e mais US\$ 930 milhões na segunda etapa, o que totaliza investimentos de US\$ 2,041 bilhões.

EXPORTAÇÕES - O senador César Borges (PFL-BA) defendeu o cumprimento de acordo para o ressarcimento da perda de receitas dos estados com a isenção de ICMS das exportações. A desoneração, explicou o senador, consistiu em pacto entre estados e União, que deixam de recolher tributos para incentivar as empresas a exportar. De acordo com César Borges, as perdas, “que deveriam ser divididas com a União”, estão sendo empurradas para os governos estaduais. Ele disse que o ressarcimento da União, que até julho de 2001 significava 55% das perdas, representou de julho de 2003 a junho deste ano apenas 18,7%.

MALHA VIÁRIA - Em nome da liderança do PL, o senador Aelton Freitas (MG) comemorou o anúncio do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, de que em 2005 vai investir R\$ 600 milhões na malha rodoviária federal instalada em Minas Gerais. Ele disse que é correto investir predominantemente em Minas, pois a malha federal no estado é a maior, com cerca de 20% do total nacional, e integra os corredores Norte-Sul e Oeste-Leste, as principais rotas de escoamento da produção nacional.



Aelton

AEROPORTO 1 - Ao registrar a assinatura do contrato de construção do novo aeroporto internacional de Macapá (AP), o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) lembrou que a obra é reivindicada há dez anos pela classe política do estado. Ele informou que o novo aeroporto vai elevar a capacidade atual de 170 mil passageiros por ano (embora o aeroporto receba 400 mil) para 670 mil pessoas por ano. – É uma conquista de todos, sem exceção, mas particularmente dos nossos parlamentares, em todos os níveis. Todas as figuras políticas trabalharam em prol dessa obra e nunca deixaram de reivindicá-la.

AEROPORTO 2 - O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) agradeceu ao presidente da Infraero, Carlos Wilson, pela construção do novo aeroporto de cargas em São Gonçalo do Amarante (RN), um dos oito mais modernos do mundo, que utilizará o sistema de *gateway*. Ele registrou a visita de Carlos Wilson ao local e informou que a obra terá um investimento de R\$ 300 milhões, apenas nas instalações físicas (pista e prédios), fora os acessos que serão construídos entre Natal, cidades vizinhas e o novo aeroporto.



Garibaldi

PLENÁRIO

Hélio Costa defende renegociação da dívida

Acordo que compromete 13% das receitas dos estados com o pagamento de dívidas com a União precisa ser rediscutido, afirmou o senador Hélio Costa (PMDB-MG), manifestando esperança de que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, se sensibilize com o pleito dos estados.

– Minas Gerais paga 7% de juros sobre um capital que, em 1994, era de R\$ 5 bilhões e hoje está em R\$ 35 bilhões. Não é possível uma dívida crescer tanto só por causa da rolagem. O estado de Minas Gerais recebe R\$ 160 milhões de repasses e devolve 140 milhões – disse o senador.

Hélio Costa disse que o com-



Hélio Costa: Minas recebe R\$ 160 milhões em repasses e devolve R\$ 140 milhões à União

prometimento das receitas impossibilita importantes investimentos pelos estados. Na mesma situação, assegurou, encontram-se estados impor-

tantes como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

– Os investimentos públicos estão amarrados a essa dívida, que impôs índices para pagamento quase impossíveis de serem cumpridos – frisou.

O senador também pediu a fixação, no Orçamento Geral da União de 2005, em discussão no Congresso, de recursos da ordem de R\$ 9 bilhões para o ressarcimento das perdas dos estados exportadores com a Lei Kandir. Ele chamou a atenção para os prejuízos sofridos por Minas Gerais, segundo maior estado exportador.

Tebet pede repressão ao crime e à "banditagem"

A aparente banalização da violência, que estaria provocando letargia na sociedade brasileira, levou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) a pedir que o Estado recupere e faça valer a sua autoridade. Em aparte, vários senadores apoiaram o discurso de Tebet e manifestaram sua preocupação com o crescimento da violência.

– A população precisa ver a polícia na rua enfrentando essa onda avassaladora de violência – disse Tebet, para quem o Estado deve “aplicar repressão, mesmo”.

O senador afirmou que as pessoas estão perguntando se “a banditagem está vencendo o poder público”, frisando que a sociedade precisa saber que o poder público é mais forte que o crime organizado e o narcotráfico. Ele reconheceu que a violência tem causas sociais, mas observou que não é apenas isso.

Para Tebet, a violência está alterando até mesmo a expectativa de vida da população, lembrando que, de acordo com dados oficiais, os jovens entre 15 e 34 anos são as maiores vítimas.

Alvaro contesta declarações de que a violência diminuiu

Ao destacar números relativos ao crescimento da criminalidade no Brasil, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) contestou declarações do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de que a campanha contra o desarmamento provocou uma contenção no aumento da violência no país.

O senador citou dados do próprio ministério, segundo os quais houve um aumento de 18% nos registros de crimes anotados pelas polícias civis no ano passado e que a taxa de crimes violentos contra o patrimônio em 2003 (que incluem furtos, roubo e extorsão mediante seqüestro), foi de 484,1 ocorrências por cem mil habitantes, “uma das mais altas do mundo e cerca de 15% maior que a de 2001”. Segundo estatísticas apresentadas pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), a cada dia 18 pessoas são assassinadas no Rio, ou o dobro da média.

No Paraná, disse o senador, o tráfico de drogas e as disputas entre gangues rivais são uma realidade cada vez mais alarmante na Região Metropolitana de Londrina; Cambé, Rolândia e Arapongas registram um aumento de 60% da violência.

Jefferson Péres sugere intervenção federal no RJ

Os sucessivos e freqüentes episódios de violência urbana registrados no Rio de Janeiro levaram o senador Jefferson Péres (PDT-AM) a questionar se já não seria hora de fazer uma intervenção federal no estado. Na sua opinião, os Conselhos da República e de Defesa deveriam ser convocados para avaliar essa possibilidade, não em uma perspectiva de ação violenta, enfatizou o senador, mas de saneamento do aparelho policial, de desmonte das quadrilhas de narcotraficantes e de contrabando de armas, e de montagem de um serviço de inteligência.

Para Jefferson Péres, a intervenção não representaria a cassação do mandato da governadora

Rosinha Matheus, que foi eleita e, portanto, tem legitimidade para exercer o cargo. Levitaria apenas ao seu afastamento temporário, até que as medidas propostas fossem implementadas. Segundo advertiu, hoje o crime organizado atua no Rio como um poder paralelo ao do estado.

– É um câncer que está reduzindo a cidade a uma espécie de símbolo da desigualdade social e de suas seqüelas – afirmou.

Jefferson Péres observou ainda que os Poderes da República não podem ficar alheios ao que acontece no Rio, a seu ver uma cidade emblemática, que deveria ser declarada Patrimônio da Humanidade, e cujo povo representa a síntese da alma nacional.

Sérgio Cabral diz que o Rio precisa de mais proteção

O senador Sérgio Cabral Filho (PMDB-RJ) contestou o pedido de intervenção federal no Rio de Janeiro feito pelo senador Jefferson Péres.

“Agradeço e fico feliz com o interesse do senador, que é de outro estado, mas o Rio não precisa de intervenção federal, é um exagero do senador. A criminalidade é um problema de todas as grandes cidades brasileiras”, disse o senador.

Sérgio Cabral deu o exemplo de São Paulo, onde a mãe do jogador de futebol Robinho, do Santos, foi seqüestrada em São Vicente, cidade do litoral, e onde um prédio inteiro de apartamentos de luxo ficou sob o poder de seqüestradores durante um dia inteiro, e do Espírito Santo, onde o crime organizado está totalmente fora



Sérgio Cabral

de controle. “A violência tem a ver com a entrada de drogas no país pelas nossas fronteiras abandonadas e sem vigilância, pela ausência de uma política articulada entre o governo federal e os governos estaduais”, observou Sérgio Cabral.

O senador carioca afirmou que Jefferson Peres deveria festejar a ida ao Rio de Janeiro do ministro da Justiça para um encontro com as autoridades fluminenses, mesmo que o resultado tenha sido apenas um “pífio” repasse de R\$ 10 milhões para a área de segurança. “Não vejo sequer um barco da Marinha patrulhando a Baía de Guanabara, não vejo a Polícia Rodoviária Federal vigiando as entradas do nosso estado ou da capital”, frisou o senador.

Presidência

Ministro explica a Operação Sentinela

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na quinta-feira o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que, entre outros assuntos, fez um relato sobre a Operação Sentinela, realizada pela Polícia Federal, e que resultou na prisão de funcionários do Tribunal

de Contas da União (TCU), órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Bastos afirmou que as investigações são feitas “de maneira impessoal e republicana, como a Polícia Federal vem trabalhando: com planejamento e com inteligência e informações”.

Visita do presidente paquistanês

O senador José Sarney recebeu a visita do presidente do Paquistão, Pervez Musharraf, com quem conversou sobre a vocação pacifista do Brasil e o aumento das relações bilaterais. Sarney esteve acompanhado dos senadores Edison Lobão (PFL-MA), Aelton Freitas (PL-MG), Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Mão Santa (PMDB-PI) e Aloizio Mercadante (PT-SP), e do embaixador em Islamabad, Fausto Godoy.

Sarney apoiará emendas do Amapá

O governador do Amapá, Waldez Góes, disse ter recebido, em audiência, apoio do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), para a aprovação de emendas orçamentárias necessárias à execução de obras no estado.

Segundo Góes, Sarney prometeu empenhar-se, inclusive junto ao ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, para que elas sejam liberadas.

Curtas

ANCINAV - O ministro da Cultura, Gilberto Gil, e o presidente José Sarney conversaram sobre a tramitação do projeto de lei que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), que deverá ser enviado ao Congresso ano que vem. No dia 17, o Conselho Superior de Cinema examinará a minuta preparada por seus membros, que não têm vínculo com o governo.

GLAUBER - Lúcia Rocha, mãe do cineasta Glauber Rocha, esteve com o presidente do Senado, José Sarney, e lhe deu detalhes sobre o trabalho de restauração em sistema digital do filme *Terra em Transe*, cuja cópia nova foi apresentada ao público pela primeira vez durante o 37º Festival de Brasília. Para Lúcia, o filme não perdeu o interesse e “continua muito atual”.



GERALDO MAGELA

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Plínio de Arruda Sampaio, que acompanhado de representantes de entidades

da sociedade civil, inclusive indígenas, pediu-lhe providências para a votação de projeto destinado a simplificar a reforma agrária. Sarney prometeu que será “um soldado na luta pela aprovação desse texto”.

Ator Marcos Frota é recebido por Sarney e Paim

O ator Marcos Frota, que apresentou na sexta-feira, numa lona de circo montada na Esplanada dos Ministérios, o espetáculo *Somos Todos Brasileiros*, com artistas deficientes, encontrou-se com o presidente José Sarney e com o 1º vice-presidente da Casa, senador Paulo Paim, autor do projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em tramitação no Senado. Frota, cujo próximo trabalho na televisão será no papel de um cego, compareceu também a uma reunião da Frente Parlamentar da Infância.

PLENÁRIO

Alberto Silva propõe o cartão do cidadão

Os brasileiros poderão ter um cartão eletrônico de identificação do cidadão, que seria equipado com *chip* e tarja magnética e reuniria dados como nome, nacionalidade, naturalidade, filiação, números de documentos como identidade, CPF, título de eleitor e da carteira nacional de habilitação, além de foto colorida. O cartão se tornará realidade caso seja aprovado projeto (PLS 328/04) do senador Alberto Silva (PMDB-PI), que aguarda decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador destacou que a sociedade tem lidado com grande avanço tecnológico em áreas como medicina e comunicações, mas que as atualizações não chegaram aos serviços de identificação civil do governo. Por conta



Projeto de Alberto Silva, em exame na CCJ, determina a criação de cartão eletrônico para identificação dos brasileiros

disso, o setor é vítima de fraudes pela facilidade para falsificar documentos. O cartão magnético deverá dificultar a ação dos

fraudadores, observou.

– O dispositivo representará importante passo para o exercício da plena cidadania – destacou.

Augusto elogia Lula pela correção da tabela do IR

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) cumprimentou o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ter determinado à equipe econômica que estude uma fórmula para corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em 17% – percentual que corresponde à inflação acumulada durante este governo –, o que reduziria os valores do IRPF descontados atualmente nos salários.

Augusto Botelho afirmou que, de fato, a classe média brasileira,

ao longo dos últimos anos, tem sido cruelmente punida.

– Sem passar incólume por pacotes econômicos irresponsáveis, e por vertiginosas escaladas tributárias, o fato é que vemos, cada vez mais, tornar-se rarefeito o poder de compra dessa parcela da população – observou.

Para o senador, o governo precisa demonstrar, como fez com o anúncio do reajuste, que não pratica “uma política arrecadatória, mas uma consistente e planejada política tributária”.

Serys apresenta projeto que limita reeleição de prefeitos

Projeto que declara a inelegibilidade, em quaisquer outros municípios do mesmo estado, dos que tenham sido reeleitos prefeitos na eleição imediatamente anterior, foi apresentado pela senadora Serys Shlessarenko (PT-MT). A matéria (PLS 316/04) tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, onde aguarda a designação de relator.

Pelo projeto, a inelegibilidade vigora, mesmo que prefeitos ou vice-prefeitos tenham transferido seus respectivos títulos para

outro município, ou tenham renunciado aos mandatos até seis meses antes do pleito.

Em sua justificativa, Serys argumenta que tem se tornando comum, em alguns estados da Federação, a prática de prefeitos reeleitos renunciarem aos respectivos mandatos para concorrer a um terceiro mandato consecutivo em municípios circunvizinhos,

para onde transferem seus títulos de eleitor e onde, por diversas razões, inclusive oligárquicas, têm influência política.



Serys

João Alberto pede recuperação da BR-316

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) pediu em pronunciamento providências urgentes do Ministério dos Transportes para recuperar a BR-316, que liga os estados do Pará e do Maranhão. O senador pediu atenção especial para o trecho que vai do povoado Zé Chicão ao município de Santa Luzia do Paruá, na microrregião Pindaré, no Maranhão.

Para o parlamentar, o estado da rodovia nesse trecho “é

deplorável”. Ele afirmou ser impossível rodar na pista e que o acostamento “desmoronou, eliminando toda e qualquer possibilidade de segurança, por mínima que seja”.

Ele acrescentou que a recuperação da rodovia não é apenas de interesse dos produtores da região ou do Maranhão, mas de todo o país, argumentando que “a infra-estrutura econômica em boas condições é o que impulsiona o desenvolvimento”.

Protocolo de Kyoto entra em vigor, ressalta Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) registrou a entrada em vigor, após a adesão da Rússia, do Protocolo de Kyoto, acordo internacional firmado em 1997, que tem por objetivo a redução de emissões globais de gases que provocam o efeito estufa. A seu ver, o fato trará benefícios ambientais, econômicos e sociais para o Brasil.

Segundo especialistas citados pela senadora, o Brasil teria três vantagens e uma desvantagem com o protocolo. Entre as vantagens estão o fato de o Brasil ser um país de renda média e estar fora dos compromissos de redução de emissões de carbono;

ter uma matriz energética com base na hidroeletricidade; e possuir uma das grandes florestas mundiais, a Amazônia.

A desvantagem, observou, resulta de queimadas praticadas pela agricultura extensiva e do desmatamento. Mesmo assim, disse ela, as emissões de carbono brasileiras limitam-se a 2,5% das emissões mundiais.

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a senadora afirmou que a adesão da Rússia coincidiu com a visita à comissão do embaixador russo, Vladimir Tyurdenev, e de delegação do Comitê de Ecologia da Duma Estatal.

Eduardo cumprimenta os evangélicos do Brasil

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) cumprimentou os evangélicos do país, ao lembrar a comemoração, no último dia 30 em Brasília, do dia dedicado a essa comunidade religiosa.

A data foi instituída por lei da Câmara Legislativa da capital, aprovada em 1995. Para o senador, o evento deve servir para uma profunda reflexão sobre a importância da doutrina e da ação religiosa e social das diversas igrejas evangélicas, que



Eduardo

congregam cerca de 25 milhões de fiéis de norte a sul do país.

– Embora instituído apenas no DF, representa merecida homenagem a uma considerável parcela de cidadãos que buscam

aperfeiçoamento na observância da doutrina evangélica, no fortalecimento da fé e nas ações sociais – afirmou.

Ele destacou a promoção da cidadania por parte dos evangélicos, como a manutenção de creches e asilos carentes.

Projetos

Tourinho quer regulamentar terceirização no serviço público

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou proposta que regulamenta a terceirização na administração pública. O texto (PLS 346/04) determina, entre outros, que não podem ser terceirizadas atividades de Estado, como legislar, ou atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas no plano de cargos de cada órgão. O projeto, justificou Tourinho, busca disciplinar a contratação de empresas prestadoras de serviços pela administração pública, “moldando-a aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, ética e eficiência”.



MÁRCIA KALUME

Trabalhador poderá escolher banco

Os empregados poderão escolher a instituição bancária em que a sua remuneração será depositada. É o que determina projeto (PLS 340/04) apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Atualmente, essa escolha cabe ao empregador. Outra proposta do senador determina a impressão, na folha de cheque, da data de abertura da primeira conta corrente do emitente em qualquer banco (PLS 346/04).



Mercadante

Cassinos na região amazônica e no Pantanal

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) apresentou proposta que autoriza o funcionamento de cassinos em hotéis das regiões do Pantanal e da Amazônia brasileira (PLS 343/04). A medida, na avaliação do senador, vai possibilitar o desenvolvimento econômico das regiões, além de estimular o turismo. Outro projeto apresentado por Mozarildo dispensa de visto o estrangeiro que visitar a região amazônica e o Pantanal para turismo por um período de até 15 dias (PLS 345/04).

Mudanças nas regras eleitorais

Para evitar concorrência desleal, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou projeto determinando que o presidente da República, governadores e prefeitos, juntamente com seus respectivos vices, que se candidatarem à reeleição, devem se licenciar dos seus mandatos quatro meses antes do dia do pleito, no mínimo,

até o dia subsequente a este (PLS 341/04). Já o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) quer rever a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que vinculou as coligações partidárias dos estados às celebradas para presidente da República. Ele apresentou projeto que dá independência às coligações (PLS 342/04).

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 24 e 30 de novembro

Voz do Leitor

ELEIÇÕES UNIFICADAS

“Na minha opinião não deveria haver discussão sobre as propostas de unificar a data das eleições municipais, estaduais e federais, já que existem tantos projetos importantes para serem votados. É uma perda de tempo. Votar em candidatos da esfera estadual e federal já é bastante difícil, quanto mais se forem acrescentados os candidatos municipais. As pessoas já não

conseguem escolher direitos com poucos, imaginem com mais candidatos. A unificação poderia prejudicar a democracia.”

Francisco Camillo, de Canoas (RS)

PRESERVAÇÃO DOS MANGUEZAIS

“Sugiro ao senador Jefferson Péres a apresentação de projeto para preservação dos manguezais.”

Leonardo Fraga de Mendonça, de Serra (ES)

PARLAMENTO AMAZÔNICO INTERNACIONAL

“Concordo na íntegra com a proposta de reativação do Parlamento Amazônico Internacional. Por que não? Tem Alca, tem Mercosul, tem União Européia, tem Otan etc. A Amazônia não é uma região sem fronteiras?”

Agnes Marta Altmann, de Brasília (DF)

ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

“Senador Sérgio Zambiasi, nada mais justo que sua proposta que elimina o

pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos para quem é isento do Imposto de Renda. Só assim quem não tem condições financeiras terá oportunidade de concorrer às vagas públicas sem precisar retirar o dinheiro de suas necessidades básicas, como alimentação, energia e água.”

Douglas Rodrigues Feitosa, de Crato (CE)

CONTROLE DA NATALIDADE

“Senadores de Minas Gerais, sugiro a criação de leis favoráveis ao controle da natalidade, de acordo com as condições sociais e econômicas do país.”

José Roque da Silva, de Ubá (MG)

REAJUSTE DA APOSENTADORIA

“Por que o governo federal ainda não estendeu aos professores aposentados do nível médio e a seus pensionistas dos ex-territórios, como por exemplo o Amapá, o recente aumento salarial concedido ao funcionalismo federal?”

Francisco de Assis Benvides, de Fortaleza (CE)

DE VOLTA AO NORDESTE

“Gostaria de sugerir aos senadores que fizessem um plano para que nós, nordestinos que vivemos em São Paulo, perdemos o emprego, não podemos voltar para nossa terra e passamos fome, pudéssemos regressar ao Nordeste.”

Amauri Miranda, de São José dos Campos (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

GARIMPEIROS DE SERRA PELADA

Carlos André Silva Sousa, de Bacabal (MA)

“Senador Edison Lobão, como o senhor participou do movimento dos garimpeiros de Serra Pelada em 2002, quero saber por que esses trabalhadores ainda não foram indenizados pelo fechamento do garimpo.”

O senador Edison Lobão (PFL-MA) responde:

“Sou talvez o parlamentar que mais tempo ficou ao lado dos garimpeiros de Serra Pelada nesses quase 15 anos de luta pela retomada do garimpo, fechado em 1992. Estive em Serra Pelada mais de dez vezes tentando, juntamente com os garimpeiros, resolver a causa. Em 1996, presidi comissão de deputados e senadores cujo trabalho resultou na apresentação de projeto de decreto legislativo, de minha autoria, que devolveu 100 hectares de Serra Pelada aos garimpeiros. O projeto foi aprovado e a lei sancionada por mim, como presidente do Senado, em 9 de setembro de 2002. Este ano, fui com líderes do Singasp (Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada) ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. Negociações foram feitas entre sindicato, cooperativa e governo. Próximo ao fechamento do acordo que incluiria os 43 mil garimpeiros, a Coomigasp e o início do trabalho de readequação da categoria, o Ministério de Minas e Energia descobre que o CNPJ da principal cooperativa dos garimpeiros está cancelado desde 1990. Por conta disso, foi suspenso o cadastramento que seria realizado em novembro. Tanto eu, como a maioria das autoridades do governo federal, e o próprio Singasp pensamos que a reativação da Coogar pode ser a alternativa para dar o caso como encerrado.”



REFORMA TRABALHISTA

Cleto Fernandes da Silva, de Cachoeira do Sul (RS)

“Gostaria de saber se a reforma trabalhista vai extinguir as férias e o auxílio-maternidade.”

O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:

“O Executivo ainda não enviou o texto da reforma, mas queremos resguardar e ampliar os direitos das partes envolvidas. Qualquer medida que venha contra isso terá a nossa feroz oposição. Acreditamos no diálogo e na negociação. Defendemos um grande debate para que possamos construir um amplo entendimento e uma legislação que contemple os interesses dos trabalhadores. Não acreditamos que a reforma trabalhista que será encaminhada vá extinguir as férias e o auxílio-maternidade. Diria mais: não há a mínima possibilidade de aprovação, no caso de o governo federal ou de outro setor encaminhar ao Congresso uma reforma nesses moldes. Fique tranquilo que isso não acontecerá.”



Frases

“Sempre se espera de um ex-presidente a majestade do cargo”

Aloizio Mercadante, ao rebater críticas feitas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao atual governo.

“Deficiente é a sociedade que não entende a importância da pessoa com deficiência e não abre as portas para ela”

Paulo Paim, cumprimentando o ator Marcos Frota pelo circo montado na Esplanada dos Ministérios para exibição do espetáculo *Somos Todos Brasileiros*, com artistas deficientes.

“O Fome Zero teve nota zero no Piauí”

Mão Santa, reclamando do governo federal a implementação de políticas sociais efetivas em seu estado.

“Quem é você que não sabe o que diz/Meu Deus do céu que palpito infeliz”

Ideli Salvatti, que lançou mão da música *Palpite Infeliz*, de Noel Rosa, para refutar críticas da oposição ao desempenho do governo.

“O que dá pra rir dá pra chorar”

Heráclito Fortes, sugerindo que a senadora Ideli Salvatti recorra à letra da música *Canto Chorado*, de Billy Blanco, menos otimista do que os sambas tradicionais cantados pela senadora em Plenário para comemorar os números positivos na economia.

“Parece uma condenação precipitada”

Alvaro Dias, afirmando que a medida provisória que confere *status* de ministro de Estado ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, representa uma blindagem protetora para impedir que uma investigação normal do Ministério Público possa comprometer o presidente da instituição.

“É um câncer que está reduzindo a cidade a uma espécie de símbolo da desigualdade social e suas seqüelas”

Jefferson Péres, ao questionar se diante dos episódios de violência no Rio de Janeiro já não estaria na hora de o governo federal intervir no estado.

Foto da Semana

Adolescentes participaram na quarta-feira (dia 1º) de manifestação, na frente do Congresso, com o objetivo de alertar a população para o crescimento da contaminação cada vez maior de jovens e mulheres pelo vírus da Aids. O coordenador do Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde, Pedro Chequer, disse que é preciso investir na prevenção



J. FREITAS

O que muda com a reforma do Judiciário

Os impactos da reforma do Judiciário na vida do cidadão são o tema do programa de debates *Conexão Senado*, que vai ao ar pela Rádio Senado nesta segunda-feira, às 12h. A reforma foi aprovada pelo Senado em novembro, e parte do texto deve ser promulgado pelo Congresso esta semana. Entre as principais mudanças estabelecidas está a súmula vinculante, mecanismo que obriga juízes de instâncias inferiores a seguir decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), e o controle externo do Judiciário, que será exercido por um conselho composto de representantes da sociedade civil e do Judiciário.

Os pontos básicos da reforma serão discutidos no programa, que conta com a presença de parlamentares e juristas. O ouvinte também pode participar do debate, pelo telefone (61) 311-



Os integrantes da banda Soul Zé explicam na entrevista à Rádio Senado como foi o show realizado em assentamento do MST no Ceará

1261 ou pelo endereço eletrônico conexão@senado.gov.br.

Uma entrevista com a banda Soul Zé

Na programação musical da Rádio Senado, um dos destaques é o programa *Escala Brasileira*, que entrevista a banda Soul Zé.

O grupo, conhecido pelo seu engajamento com movimentos sociais, comenta apresentação realizada em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Ceará. Os artistas falam sobre a turnê do seu primeiro álbum, chamado *LAB SZ*. Formada por Ren-

ne Muringa (voz), Xavier (voz e percussão), Dionízio Dazul (guitarra), Gil Dias (flautas, apitos e efeitos), Demétrios Carvalho (baixo), Maia (percussão) e Vital (bateria), o Soul Zé faz um som bem brasileiro, com grande influência do maracatu. O programa vai ao ar na quinta-feira, às 23h, com reprise no sábado, às 20h.

A Rádio Senado traz ainda o *Autores e Livros*, que entrevista a escritora Maria Cristina Cavalcanti Albuquerque, autora do livro *O príncipe e o corsário*. Trata-se do terceiro romance sobre o príncipe João Maurício de Nassau que a escritora publica. A atração vai ao ar no domingo, às 9h.

Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

Textos políticos que contam a história do Brasil

ALEXANDRE GUIMARÃES

A *Bula Inter Coetera*, do papa Alexandre VI, traçou uma primeira idéia de divisão do mundo entre Portugal e Espanha, mas não incluía o território físico do Brasil, ainda a ser descoberto. A *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* escreveu as bases de um Brasil novo que busca incluir e descobrir todos os seus cidadãos. Esses são apenas dois textos – o primeiro e o último – da mais importante coletânea da história brasileira.

Os dez volumes da coleção *Textos políticos da história do Brasil* reúnem o trabalho de árdua “garimpagem” de Paulo Bonavides e Roberto Amaral. A obra é fonte básica de pesquisa ao historiador, ao estudante, ao político e a todo aquele que se interessa pela evolução da história de nosso país.

Nos sete primeiros volumes, distribuem-se os textos históricos pela evolução do tempo, desde os antecedentes do descobrimento, no século 15, à Terceira República (1945–1964). Os volumes VIII e IX reproduzem os textos relativos ao constitucionalismo a partir da Constituinte de 1823 até a Carta Magna de 1988. Índices Onomásticos e de Topônimos

concluem a obra, em seu décimo volume.

Entre as centenas de documentos, muitos são raridades, pelo menos aos não-especialistas. Mágico, ao cidadão comum, é ler a *Carta de d. Leopoldina*



a *d. Pedro*, documento que precipitou a Proclamação da Independência de nosso país, ou a *Abolição da escravatura na província do Ceará*, marco do movimento abolicionista brasileiro.

De modo a facilitar o manuseio, os *Textos políticos da história do Brasil*, publicados pelas Edições Senado, também podem ser adquiridos por meio de CD-ROM, de manuseio e pesquisa rápida.

Alexandre Guimarães é consultor do Senado. O CD-Rom Textos políticos da história do Brasil, organizado por Paulo Bonavides e Roberto Amaral e editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, custa R\$ 25 e pode ser adquirido pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-3575.

ESPECIAL

Senado adota ordem do dia eletrônica

Foi inaugurada na terça-feira (30), no Senado Federal, a ordem do dia eletrônica, que permite aos senadores acesso à pauta, com todos os assuntos prontos para debate e votação em Plenário, por meio eletrônico. Para implantar o novo sistema, foi criada uma rede *wireless* (sem fio) e adquiridos *notebooks tablets PC* para uso dos senadores.

O novo sistema permitirá aos parlamentares localizar itens em debate, recorrer ao anexo para verificar remissões a textos legais e encontrar o avulso de preposições sem ter de manusear um calhamaço de folhas. A princípio, o sistema não trará as ordens do dia anteriores. Estarão disponíveis as matérias prontas para votação, assim como a agenda das próximas sessões.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou a redução no consumo de papel, com a adoção



Por meio de *notebooks tablets PC*, em rede *wireless* (sem fio), os senadores terão acesso a todos os projetos em pauta no Plenário

do novo sistema, lembrando o volume de anexos e de avulsos entregues diariamente aos senadores e o que isso significa para a preservação de árvores.

Para Leonel Pavan (PSDB-SC), os senadores, agora, poderão

acompanhar as votações “sem ter que vasculhar tantos papéis”.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) considerou grande avanço a implantação do novo sistema, afirmando que irá facilitar muito o trabalho da Casa.

Novos vereadores conhecem o Interlegis

O 1º secretário do Senado e diretor nacional do programa Interlegis, senador Romeu Tuma (PFL-SP), explicou na quinta-feira, durante abertura do “III Seminário Nacional Interlegis”, aos novos vereadores que participam do evento, como funciona o programa e os serviços que oferece.

– O programa moderniza o Legislativo e coloca em rede todos os brasileiros – disse.

Tuma informou que o programa dispõe de vasto banco de dados. Ele disse que mais de 2.700 câmaras municipais já receberam, sem custo, computador, impressora e concentrador de comunicação para acesso à Internet.

Segundo o senador, até 2005, estima-se que cerca de 3.200 câmaras municipais estejam interligadas.

A deputada estadual Jussara

Cony (PCdoB-RS) proferiu palestra sobre o papel do vereador, ressaltando sua importância para a construção de um projeto nacional. Prestigiaram o evento o senador João Ribeiro (PFL-TO), os deputados federais José Eduardo Cardozo (PT-SP) e Orlando Fantazzini (PT-SP), o presidente da Câmara Municipal de Avaré, Rogelio Barchetti Urrêa (PSDB-SP) e o consultor legislativo Eurico dos Santos.

Conheça o Senado

Uma viagem pelo antigo Plenário do Senado Federal

Os móveis do Plenário antigo do Senado, utilizados até 1960, ainda podem ser vistos. As peças em madeira de lei foram confeccionadas artesanalmente por presidiários do Rio de Janeiro e pela Casa Leandro Martins – a mais famosa casa de móveis da época – e estão expostas logo após a entrada do Auditório Petrônio Portella, no final do Túnel do Tempo. O Plenário, remontado a partir de fotografias da época, pertenceu aos Palácios do Conde dos Arcos (1826–1924) e Monroe (1925–1960).

Nesse cenário, há dez bancadas – cinco do lado direito e cin-

co do lado esquerdo – formando dois semicírculos, com um total de 64 cadeiras, que eram ocupadas pelos senadores. Nesses bancos compridos ficavam os microfones em forma de pílula, da RCA. As votações ocorriam quando o presidente ligava a luz geral. Os comandos ficavam dentro de uma pequena gaveta, onde havia três botões: verde (voto sim), branco (nulo), e vermelho (voto não). Enquanto a luz vermelha (algumas ainda estão conservadas) da lâmpada ao lado do senador estivesse ligada, ele poderia mudar seu voto, se assim o desejasse. Os

senadores poderiam fumar, pois entre cada dois lugares, encontrase um cinzeiro.

Nas laterais do Plenário, bancadas divisórias em madeira separam espaços destinados à Tribuna de Imprensa e à Tribuna de Honra.

As bancadas, a Mesa Diretora e as estantes que compõem o Plenário são em estilo neoclássico, com detalhes em canelura, folhas de acanto e rosáceas. Já



Os móveis, utilizados até 1960, estão dispostos conforme se usava à época

as cadeiras, em estilo Luiz XVI. As estantes que ficam atrás da Mesa Diretora têm portas de vidro em cristal bisotado.

A Mesa Diretora do Plenário antigo do Senado é composta pelas cadeiras do presidente, ao

centro, e do primeiro, segundo, terceiro e quarto-secretários, nas laterais.

Visitas ao Plenário antigo do Senado podem ser agendadas pelo telefone (61) 311-2149

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Reportagem: João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique

Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e

Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



O Brasil, quarto maior mercado consumidor de produtos piratas, enfrenta problemas como perdas de arrecadação e aumento da criminalidade

Pirataria: o combate ao alcance do consumidor

Alimentos, bebidas, cigarros, brinquedos, agrotóxicos, roupas, remédios, cosméticos, calçados, peças de automóveis, combustível, perfumes, relógios, CDs, DVDs, programas de computador, livros. É cada vez maior a oferta e a variedade de produtos copiados, falsificados e/ou adulterados à venda no Brasil – o quarto maior mercado consumidor dessas mercadorias, atrás de China, Rússia e Paraguai. Atraído pelo baixo preço, o consumidor brasileiro torna-se o último elo de um comércio ilegal que envolve sonegação fiscal, contrabando e desrespeito às leis trabalhistas, comerciais e de direito autoral e de propriedade.

Dados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pirataria, que concluiu seus trabalhos na Câmara, indicam que o Brasil perde mais de R\$ 8,4 bilhões por ano em

impostos que deixam de ser arrecadados. O prejuízo é ainda maior porque o comércio ilegal fecha empresas que operam legalmente, faz concorrência desleal, reduz investimentos na indústria, em pesquisas e na cultura, e também expõe o consumidor a riscos.

Um ato simbólico em frente ao Congresso, no ano passado, instituiu o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria. Na ocasião, foram destruídos 530 mil CDs e fitas piratas apreendidos pela polícia. O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou, ao lado de artistas e do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, a importância da continuação da campanha e o engajamento de todos “para que o Brasil fique livre da pirataria”.

No **Especial Cidadania**, conheça a legislação, os projetos em tramitação e os telefones para informações e denúncias.

Leis garantem direitos autorais

Recebem o nome de piratas as mercadorias trazidas ilegalmente ao país e vendidas aqui sem autorização do produtor ou fabricante e em desrespeito às leis brasileiras. Piratas também são os CDs, livros, programas de computador e DVDs copiados e comercializados sem licença e sem permissão dos detentores dos direitos autorais, assim como as roupas, sapatos, óculos, relógios e outros produtos com etiquetas falsificadas.

Os crimes de violação dos direitos autorais e os que lhe são conexos estão previstos no artigo 184 do Código Penal e nas Leis 9.610 e 9.609, de 1998. Esta última trata especificamente da proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização. As penas para crimes de violação de direito autoral foram aumentadas em 2003, com a Lei 10.695, e podem chegar a quatro anos de reclusão e multa.

A legislação só permite a reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas, em um só exemplar, de pequenos trechos, para uso privado, desde que feita sem intuito de lucro (art. 45 da Lei 9.610).

Ao comprar produtos piratas, o consumidor está abrindo mão dos seus direitos, já que as mercadorias são vendidas sem garantia ou nota fiscal. Para quem vende, a Lei 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, prevê detenção, de três meses a um ano e multa, a quem fizer afirmação falsa ou enganosa de produtos ou serviços. Já a Lei 8.137/90, que define os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, estabelece multa e pena de reclusão, que pode chegar a cinco anos, para quem deixar de fornecer nota fiscal relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço.

Projetos em tramitação

Foi aprovado no Senado, na última semana, e vai à sanção presidencial projeto que torna crime a falsificação de selos destinados ao controle tributário, usados principalmente no contrabando de cigarros (PLC 56/03). Quem comercializa os produtos com os selos também está incorrendo no mesmo crime, com penas que podem variar de dois a oito anos de reclusão.

Há ainda outras propostas de combate à pirataria a serem votadas no Congresso. O projeto (PL 5.702/01) do senador Edison Lobão (PFL-AM) prevê pena de dois a seis anos de cadeia, além de multa, para quem falsificar obras de arte visuais. Quem expuser para venda ou troca obra falsificada poderá ser condenado a até cinco anos de prisão. Aprovada na forma de substitutivo do então senador Francelino Pereira, a proposição aguarda exame da Câmara, além de mais quatro projetos de lei (3.964/04, 3.965/04,

3.966/04 e 3.967/04) apresentados pela CPI contra a Pirataria.

A comissão encerrou seus trabalhos em junho, após 13 meses de investigações que culminaram no indiciamento de 50 pessoas e na prisão do comerciante chinês Law Kin Chong, acusado de ser um dos chefes da pirataria no Brasil. As propostas da CPI prevêem mudanças no Código Penal e de Processo Penal, no Código de Propriedade Industrial e na Lei de Direitos Autorais, e também propõe a criação de um Sistema de Medição de Vazão (SMV) nos estabelecimentos industriais de bebidas para ajudar no combate à falsificação e à sonegação de impostos. Por sugestão da comissão, o governo criou, em outubro, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, para propor ações de combate a esses crimes, sob o comando do Ministério da Justiça.

Pirataria em números

A Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF) estima que 70% dos produtos piratas comercializados atualmente no Brasil são fabricados na Ásia. No setor de vestuário, os produtos falsificados consomem 8% do faturamento do setor. Abaixo, outras estimativas do percentual de produtos piratas comercializados no país.

- 70% computadores
- 52% CDs
- 35% filmes em VHS e DVDs
- 30% cigarros
- 20% medicamentos
- 8% brinquedos

Fonte: ABCF; Abrinq, Adepi, Apdif e relatório da CPI da Pirataria

Informações

Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça

Tel.: (61) 429-3000 - www.mj.gov.br

Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e Sonegação Fiscal

Dep. Vanessa Graziotin, presidente
Tel.: (61) 215-5724 - www.camara.gov.br

Receita Federal

www.receita.fazenda.gov.br

Polícia Federal

dcs@dpf.gov.br - www.dpf.gov.br

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Tel.: (61) 448-1000

Disque-Medicamentos: 0800 644-0644

www.anvisa.gov.br

Agência Nacional de Petróleo (ANP)

Denúncias sobre combustíveis adulterados no site www.anp.gov.br

Central de atendimento: 0800 900-267

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)

Tel: 0300 789-1818 (ligação tarifada)
www.inmetro.gov.br

Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes)

Tel: 0800 11-0039 (denúncias)
www.abes.org.br/antipirataria

Escritório Central de Arrecadação de Direitos (Ecad)

Tel: (21) 2537-8830
www.ecad.org.br

Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual (Inpi)

Tel: (21) 2139-3422 - www.inpi.gov.br

Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos (APDIF)

Denúncias: 0800 11-5751

www.apdif.org.br

Associação Brasileira dos Produtores de

Discos (ABPD)

www.abpd.org.br

Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq)

Tel: (11) 3816-3644

www.abrinq.com.br

Associação de Defesa da Propriedade Intelectual (Adepi)

Tel: (11) 3259-1566

Denúncias: adepi@adepi.org.br ou no site

www.adepi.org.br

Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA)

Tel: (11) 3078-9307 e (61) 322-0066

Denúncias: denuncia@abta.org.br

www.abta.org.br

Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR)

Tel: (21) 2215-6058 e (11) 3242-0173

Denúncias: diretamente no

site www.abdr.org.br

Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit)

Tel: (11) 3823-6100 / www.abit.org.br

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)

Tel.: (21) 2532-5655

abpi@abpi.org.br / www.abpi.org.br

Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF)

denuncia@abcf.org.br / www.abcf.org.br

Associação Brasileira do Vestuário (Abravest)

Tel: (11) 6909-1054 / www.abravest.org.br

Portal do Consumidor

www.portaldoconsumidor.gov.br

Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco)

www.etco.org.br

Organização Mundial de Propriedade Intelectual

www.ompi.int